ANO 1 - NÚMERO 10 - AGOSTO 2015

Xapuri
SOCIOAMBIENTAL

R$ 7,90

ISSN 2359-053x

TEMPO DE MARGARIDAS

HISTÓRIA
MARCHA E CONTRAMARCHA PARA O OESTE PELO CAPITAL
p. 20

EDUCAÇÃO
MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS GOIANAS
p. 32

MEMÓRIA
DOIS ANOS SEM JORJÃO
p. 38

CONHEÇA O tocantins

SERRAS GERAIS

Quem se embrenha pelas Serras Gerais do Tocantins encontra montanhas esculpidas pela ação das águas e dos ventos, detalhadas por cânions, além de mirantes, grutas, cavernas, cachoeiras e rios, dos mais calmos aos mais apressados. Da contemplação ao *rafting*; do caminhar displicente, com olhos e ouvidos atentos à exuberante biótica local, a um mergulho ou banho de cachoeira, tudo é possível para os amantes do ecoturismo nos oito municípios da região.

Mas não é só. Para quem prefere turismo religioso ou cultural, centros históricos como os de Natividade e Dianópolis permitem adentrar o universo da era colonial do tempo em que o ouro, enquanto espoliava a Colônia, deixava marcas de beleza ímpar. Ali também é possível presenciar festas religiosas marcantes como Festa do Divino Espírito Santo, Folia de Reis, Cavalhadas, Festa de Nossa Senhora da Natividade, Congadas, Roda de São Gonçalo e outras expressões de fé ancestral. A isso se juntem manifestações culturais como Catira, Sússia e Jiquitaia, para revelar que, embora seja um estado jovem, o Tocantins possui uma cultura secular que reflete o seu longo processo de formação.

Veja mais em: http://portal.to.gov.br

GOVERNO DO TOCANTINS
MAIS PERTO DE VOCÊ

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

www.xapuri.info

Reforma Agrária é assunto tão velho quanto a chegada do colonizador às terras deste trecho do mundo que veio a ser o Brasil. Por séculos a fio, a grande posse continua sendo símbolo de poder, embora seja o pequeno produtor, a pequena produtora, quem assegura a boia do dia a dia dos brasileiros. Mas a estrutura fundiária do país segue dissemelhante, injusta, enquanto as cidades crescem.

É de igual modo propalada a redução da condição submissa das mulheres nas relações humanas, que ainda assim continuam apanhando mais, trabalhando mais, padecendo mais. Nas cidades, entre pobres e ricos, seguimos a mesma toada. No campo, a fêmea ordenha o gado, pega na enxada, no arado ou no trator, pare e amamenta filhos, faz a comida, ajeita a morada.

São dois temas que acompanham nossa gente, como sina. Mas há esperanças. Juntos, eles encabeçam a pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas, a manifestação de mulheres trabalhadoras rurais que todos os anos, no mês de agosto, tomam conta do país e vão bater na Capital Federal, pra reclamar.

Chapéus de palha, sorrisos nos lábios, discursos, danças e cantorias são as marcas desse cortejo de grandes proporções e bem organizado que já faz parte do nosso calendário político-cultural. Por isso, este é o assunto de capa desta edição da Xapuri, que vocês começam a degustar.

Como de costume, trazemos vários outros tópicos socioambientais de interesse, que podem servir de mote ao debate ou simplesmente nos deleitar. Da militarização das escolas públicas de Goiás ao segundo aniversário da partida de Jorge Ferreira, que encantou as noites de Brasília, pra citar dois deles. Mas há muito mais.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk
Editores

Uma revista socioambiental,
um espaço criativo, alto-astral,
independente, onde a informação
circula e as coisas acontecem.

Nós fazemos a **Xapuri** acontecer.
Você, com sua assinatura, fará a
Xapuri continuar acontecendo.

Assine agora!

ASSINATURA ANUAL
12 EDIÇÕES

R$ 75,00

PARA QUALQUER LUGAR DO BRASIL

COMO ASSINAR?

acesse:
www.xapuri.info

Mensagens pra Xapuri

Mané Pelado segundo a revista Xapuri. Vivas!
Vilmar Simion Nascimento. Valparaíso de Goiás - GO.

Impressiona-me a qualidade da XAPURI SOCIOAMBIENTAL... de fato um projeto diferenciado, inteligente e criativo. Um privilégio navegar por suas páginas tão bem projetadas. Textos que trazem oportunidade de reflexão e muito aprendizado! Destaco aqui a discussão sobre a profissão professor. "Quem quer ser professor?", da edição de julho/2015. Como fica a escola nossa de cada dia se os cursos de formação de professores estão esvaziados? Quanta estrada temos que percorrer para atingirmos a qualidade e a valorização de fato e de direito nessa profissão que insistem em tachar como "sacerdócio"? Magistério é profissão sim, senhores, e exige respeito e valorização! Temos consciência disso? Parabéns!!! ***Edi Silva Pires, Professora. Sobradinho – DF.***

Excelente publicação! Nesta edição [julho/2015], destaco a matéria sobre Quilombos e populações Quilombolas. O tema é tratado com objetividade e poderia subsidiar uma pesquisa coletiva na coordenação pedagógica. Amei!
Aldenice Rocha Félix, Professora. Brasília – DF.

contato@xapuri.info

ERRATA

Na edição de junho, por nossa falha, houve uma incorreção na matéria "O Centro de Educação Socioambiental do Sinpro". Na abertura da entrevista, o correto é: "O bioarquiteto Sérgio Pamplona concebeu o projeto, mas a execução teve como responsável técnico o engenheiro Marcelino Barberato."

> “Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra...”
>
> Thiago de Mello

COLABORADORES/COLABORADORAS AGOSTO

Altair Sales Barbosa – Professor Titular da Universidade Católica de Goiás; **Anderson Blaine** - Web Designer; **Anita Borges** - Jornalista; **Antenor Pinheiro** – Jornalista; **Fernando Antônio Gelfuso** - Cientista Social, Historiador, Professor; **Jaime Sautchuk** – Jornalista; **Jéssica Ferriera** - Fotógrafa; **Kleber Melo** - Fotógrafo; **Leonardo Boff** – Filósofo, Teólogo, Escritor; **Lúcia Resende** – Mestra em Educação; **Priscila Brito** - Fotógrafa; **Rafael Nakamura** - Assessor de Comunicação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI); **Zezé Weiss** – Jornalista Socioambiental.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk
2. Zezé Weiss
3. Altair Sales Barbosa
4. Binho Marques
5. Cássia Oliveira
6. Graça Fleury
7. Jacy Afonso
8. Juan Pratginestòs
9. Marcelo Manzatti
10. Neusimar Coelho
11. Priscila Silva
12. Socorro Alves
13. Ronei Alves
14. Rui Faquini

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (61) 3044 7755. **E-Mail:** revista@xapuri.info. **Razão Social:** Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. **CNPJ:** 10.417.786\0001-09. **Endereço:** BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. **Atendimento:** Janaína Faustino (61) 9611 6826. **Edição:** Jaime Sautchuk (61) 9918-0983 – Zezé Weiss (61) 9974 3761. **Revisão:** Lúcia Resende, Maria Helena Schuster. **Produção:** Zezé Weiss. **Jornalista Responsável:** Thais Maria Pires - 386/GO. **Capa:** Acervo Histórico de Brasília. **Tiragem:** 10.000 exemplares. **Circulação:** Revista Impressa - Brasília, Goiás, Planalto Central. Revista Web - Todo o território nacional. **ISSN** 2359-053x.

Xapuri 10 AGO 15
SOCIOAMBIENTAL

10 **CAPA**
Tempo de Margaridas

14 **LENDAS BRASILEIRAS**
Boitatá, o fogo que corre

16 **DIREITOS HUMANOS**
Lei Brasileira de Inclusão

20 **HISTÓRIA**
Marcha e contramarcha para o Oeste pelo capital

18 **CURTAS**

15 **RESENHA LITERÁRIA**
Cultura do silêncio e democracia no Brasil

32 **URBANIDADE**
Minha garagem, minha vida

34 **GASTRONOMIA**
Do Sertão da Farinha Podre às barrancas do Velho Chico - carne de sol

36 **MEMÓRIA**
Dois anos sem Jorjão

24 **AGROECOLOGIA**
Feira do Produtor

26 **BIODIVERSIDADE**
Caatinga

28 **ECOTURISMO**
Chapada Diamantina

30 **EDUCAÇÃO**
Militarização das escolas goianas

38 **MOVIMENTO SOLIDÁRIO**
Fenae apresenta programa Movimento Solidário ao governador do Maranhão

40 **PERFIL**
Mari Bulhões e Maninho: almas boas dos sertões

44 **VIDA INTELIGENTE?**
Contratam-se doutores e mestres

46 **SUSTENTABILIDADE**
Regresso à Casa Comum

Foto: facebook.com/marchadasmargaridas

TEMPO DE MARGARIDAS

Jacy Afonso

As flores coloridas dos ipês quebram a aridez e a secura de Brasília. As cores vibrantes acolhem margaridas brancas, amarelas, rosas, lilases, negras, vermelhas, silvestres, pequenas, grandes. Vindas do campo, das florestas e das águas, milhares e milhares de mulheres ocupam as largas avenidas da capital federal cantando "Olha, Brasília está florida, estão chegando as decididas. Olha, Brasília está florida, é o querer, o querer das Margaridas".

A sociedade brasileira ainda possui arraigados valores sexistas. Persiste quem pense que as mulheres devem ser controladas e vigiadas no cumprimento de papéis sociais de gênero bem definidos e que não seguir padrões de aparência e de comportamento, e funções consideradas apropriadas, pode justificar o uso da violência psicológica e física. Práticas opressivas com base no gênero não combinam com a luta e as conquistas femininas no que diz respeito ao trabalho, à educação, à convivência familiar e social. As mulheres promovem, então, com toda a sua criatividade, manifestações que possam fortalecer outros valores, forjando novos caminhos para a conquista da igualdade.

Realizada a partir de 2000, capitaneada por Raimunda Damasceno, com o objetivo chamar a atenção da sociedade e reivindicar novas conquistas para as mulheres do campo, a Marcha das Margaridas é uma ação estratégica promovida pela Contag, Federações e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. A seguir, Carmen Foro, então Secretária da recém-criada Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag e hoje vice-presidenta da CUT, assume a tarefa de continuar dando visibilidade à luta das mulheres rurais. Em 2015, a 5ª Marcha das Margaridas é coordenada por Alessandra Lunas,

Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, com admirável capacidade organizativa, se consolida como expressivo espaço para as mulheres do campo, da floresta e das águas expressarem suas reivindicações.

Nos dias 11 e 12 de agosto de 2015, as Margaridas de todo o país, acreditando no que diz Rosa Luxemburgo: "Quem não se movimenta não sabe as correntes que o prende", seguem em marcha para fazer o Brasil avançar no combate à pobreza, no enfrentamento à violência contra as mulheres, na defesa da soberania alimentar e nutricional, na construção de uma sociedade sem preconceitos de gênero, de cor, de raça e de etnia, sem homofobia e pela superação da intolerância religiosa. A luta também é por políticas públicas que contribuam para um "Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade", lema motivador da 5ª Marcha das Margaridas.

As mulheres do campo, das florestas e das águas exigem outro modelo de desenvolvimento, sustentável e solidário, que incentive as unidades produtivas familiares com capacidade de promover a soberania e a segurança alimentar dos povos; pedem acesso à terra, reforma agrária e reconhecimento dos territórios das comunidades indígenas e quilombolas; entendem a agroecologia como um modo de produzir, de se relacionar e de viver, pois acreditam que o ar, a água, a terra, as florestas são elementos fundamentais para a vida, e por isso bens comuns e não monopólio capitalista. Defendem o estabelecimento de novas formas de relação com o mercado, baseadas em valores de cooperação, troca e solidariedade, valorizando a diversidade produtiva, a pesca artesanal e a participação das mulheres. As feiras agroecológicas, os pequenos e médios varejos, as cooperativas, os grupos de consumidoras e consumidores, o mercado institucional precisam ser fomentados e fortalecidos.

As mulheres em marcha denunciam a educação sexista que reforça a visão compartimentada das pessoas, fortalece a submissão das mulheres, reproduz o machismo e o racismo, e contribui para a manutenção da violência contra as mulheres e da homofobia. Pedem o rompimento com o atual modelo de educação e a construção de um processo educativo que fomente a igualdade entre mulheres e homens, reconhecendo e respeitando as diferenças; elas afirmam que a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano é um grande processo de convívio que se dá em todas as esferas da sociedade: família, escola, igreja, trabalho, sindicato, associação. Querem e constroem relações respeitosas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosas/os, e com a natureza.

As Margaridas nos ensinam que saúde significa cuidar de sua família e também delas próprias, com bem estar e equilíbrio entre corpo e mente. Essa harmonia depende da garantia de uma vida digna propiciada por políticas públicas que promovam trabalho, renda, educação, moradia, saneamento, alimentação, lazer, transporte, segurança. Dizem também que o direito à saúde reprodutiva, com informação adequada, tratamento médico e humano na gravidez, no pré-natal, no parto e no aborto são fundamentais, conscientes de que são donas do seu tempo, dos seus corpos e de suas vidas.

As mulheres brasileiras representam metade da população, estão sub-representadas nas instituições de poder e ainda são minoria na direção dos partidos políticos, das organizações sociais e sindicais. As Margaridas denunciam que os espaços de representação são ocupados pela elite masculina, proprietária e branca. Querem, então, a participação política efetiva e igualitária das mulheres como condição fundamental para o fortalecimento da democracia.

Com o lema "Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade" as mulheres

Alessandra Lunas

Foto: memoria.ebc.com.br

novamente ocupam as ruas para protestar contra as desigualdades sociais, denunciar todas as formas de violência, exploração e dominação e apresentar propostas para avançar na construção da democracia e da igualdade. Cabe a todos nós recebê-las, acolher suas reivindicações, reconhecer a justeza de suas causas e prestar-lhes nossa homenagem pela coragem, altivez e dignidade com que lutam por um país generoso, igualitário e justo, capaz de oferecer felicidade a todas e todos.

Aprendamos, pois, a lição de Cora Coralina, trazida nas mãos e corações dessas Margaridas Mulheres: "Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir." E a nós outros cabe a admiração, porque margaridas são singelas, mas são sobretudo fortes, capazes, sinceras, cidadãs que exercem seus direitos e exigem respeito, autonomia e igualdade. Afinal, "somos todos e todas margaridas"!

Foto: fundacaomargaridaalves.org.br

QUEM FOI MARGARIDA ALVES

Marcha das Margaridas: um legado e uma homenagem

Margarida Maria Alves é uma lembrança viva de coragem e dedicação à luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. Uma dirigente sindical à frente de seu tempo que rompeu com os padrões tradicionais de poder ao ocupar por 12 anos a presidência do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, no estado da Paraíba. Assassinada brutalmente por usineiros da Paraíba em 12 de Agosto de 1983, Margarida Alves tem em sua trajetória a luta contra a exploração, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contra o analfabetismo e pela reforma agrária. Uma verdadeira educadora popular, Margarida Alves deixou um legado de ousadia, coragem e entrega. É uma luz pulsante no coração, nos pés firmes em marcha, nos chapéus, nas canções e na luta de cada margarida, de toda a Marcha das Margaridas.

MARCHA DA MARGARIDAS

Promoção: Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Fetags – Federações de Trabalhadores na Agricultura, STTRs – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Parcerias: MMM – Marcha Mundial de Mulheres, AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, UBM – União Brasileira de Mulheres, MMTRNE – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas, MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, GT Mulheres da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Jacy Afonso de Melo
Dirigente Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT

Maravilhoso é ter as belezas de Formosa ao seu redor
Secretaria Municipal de Turismo
PREFEITURA DE Formosa
Construindo uma vida melhor

BOITATÁ,
O FOGO QUE CORRE

O boitatá, no folclore brasileiro, é uma grande cobra de fogo. A lenda do boitatá é muito antiga. Essa cobra de fogo, cujo nome vem da junção das palavras da língua indígena mboi (cobra) e tata (fogo), foi citada pela primeira vez em 1560, em um texto do jesuíta José de Anchieta, que a denominou com o termo tupi Mbaetatá (coisa de fogo).

Diz a lenda que, muito tempo atrás, houve um período de noite sem fim, de grande escuridão nas matas brasileiras. Era um tempo sem estrelas, sem luz, sem vento. Depois, veio uma enorme enchente causada por chuvas torrenciais. Assustados, os animais correram para um ponto mais elevado para se protegerem.

Foi então que a boiguaçu, cujo nome significa cobra grande, do tupi mboi (cobra) e guaçu (grande), uma cobra que vivia numa gruta escura e era o único bicho acostumado a enxergar na escuridão, acordou com a inundação e, faminta, saiu em busca de alimento.

Os dias foram passando, e a chuva não parava. Choveu tanto que inundou tudo e muitos animais acabaram morrendo. Então, a boiguaçu começou a comer os olhos de animais mortos que brilhavam, boiando nas águas.

De tantos olhos brilhantes que a cobra comeu, ela se transformou nesse monstro brilhante que é o boitatá, cujo fogo não se apaga nem dentro d'água. É um fogo mágico, que não queima as plantações nem os bichos das florestas, mas é capaz de cegar, enlouquecer ou até mesmo matar quem maltrata a natureza.

Dizem que o boitatá assusta as pessoas quando elas entram na floresta para desmatar ou para provocar incêndios. Nessa hora, é capaz de se transformar em um grande tronco que cospe fogo, de quem não adianta correr. Em caso de ataque de um boitatá, a melhor solução é a pessoa ficar parada, de olhos fechados, parecendo não respirar.

CULTURA DO SILÊNCIO E DEMOCRACIA NO BRASIL

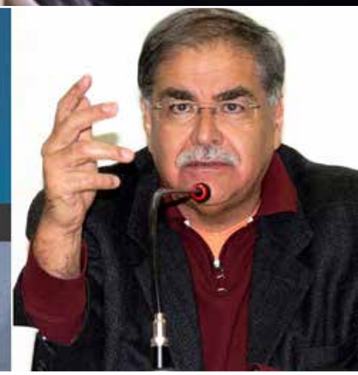


Foto: terezacruvinel.com

O NOVO LIVRO DE VENÍCIO A. DE LIMA

Em ensaios sobre políticas públicas de comunicação, mídia e política e liberdade de expressão, autor investiga a questão da comunicação social na sociedade brasileira sob o pensamento de Paulo Freire e Stuart Hall.

Inês Ulhôa

A comunicação e a defesa da liberdade de expressão são temas recorrentes em toda a obra de Venício A. de Lima. Em seu novo livro, composto de vinte ensaios, ele se aprofunda nessas questões para trazer à reflexão outro conceito tão caro a todos: a democracia.

Com forte inclinação à ação e à intervenção, Cultura do silêncio e democracia no Brasil: Ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980–2015) traz o conceito de comunicação articulado por Paulo Freire, a sua atualidade e a sua vinculação à noção republicana de liberdade, segundo Lima, ancorada no direito de "ter voz" e no autogoverno, e também as possibilidades de sua aplicação no mundo contemporâneo.

Na coletânea, o autor aborda ainda o conceito seminal de cultura do silêncio desde suas raízes em Vieira, passando por Southey e Berlink, até sua apropriação criativa em Paulo Freire.

Em Stuart Hall, o autor foi buscar a sua enorme contribuição para os estudos de mídia, que "nunca chegou a ter a influência que merece e deveria ter entre nós". Hall apostava na diversidade cultural e no multiculturalismo como possibilidades reais de transformação social.

Para Juarez Guimarães, que assina o prefácio, este livro de ensaios "é, ao mesmo tempo, o testemunho de uma vocação crítica e o princípio de uma esperança". Com esta publicação, a Editora da Universidade de Brasília dá uma importante contribuição para a formação de uma cultura da comunicação pública.

Inês Ulhôa
Jornalista, EDU/UnB
www.editora.unb.br

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO
VIVER SEM LIMITES

"Vida alguma pode ser considerada plenamente vivida se não tiver se beneficiado de todos os encontros de que é capaz." Theodore Zeldi

Lúcia Resende

Depois de quinze anos de debates, com idas e vindas no Congresso Nacional, finalmente o Estatuto da Pessoa com Deficiência virou lei (13.146/2015), com a sanção da presidenta Dilma Rousseff, em 6 de julho. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou simplesmente Lei Brasileira de Inclusão (LBI), como passou a ser chamada, segue os preceitos da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, incorporados à Constituição Federal em 2009, e entra em vigor 180 dias após sua publicação.

O novo instrumento legal terá a função de "assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania".

O projeto inicial do Estatuto é do então deputado Paulo Paim (PT-RS), mas nesta década e meia o texto recebeu contribuições advindas de mais de 1.500 audiências públicas, seminários, conferências nacionais e regionais, com ampla participação da sociedade civil, em grande parte integrantes do movimento de pessoas com deficiência.

A relatora do projeto na Câmara, deputada Mara Cabrili (PSDB-SP), lembrou que este foi o primeiro Projeto de Lei traduzido para Libras (Língua Brasileira de Sinais) durante a discussão. No Senado, a relatoria da proposta coube ao Senador Romário (PSB-RJ), que comemorou afirmando que agora "vamos ter a oportunidade de melhorar a qualidade de vida de mais de 50 milhões de pessoas".

A nova lei tem 127 artigos que tornam definitivos os avanços instituídos pelo programa federal Viver sem

Limites, de 2011, consolidam a legislação existente e ampliam direitos nas áreas de saúde, educação, trabalho, habilitação e reabilitação, transporte, turismo, lazer e acessibilidade. Dessa forma, será instrumento efetivo para assegurar cidadania a 23,9% (IBGE 2010) da população brasileira.

Como ressalta o senador Paulo Paim, ao entrar em vigor, em janeiro de 2016, a nova lei "não encerrará apenas a trajetória de um projeto de lei, mas será uma nova caminhada de um projeto de vida de pessoas quase invisíveis que, até então, eram esquecidas pela diversidade de sua própria história".

MAIS DIREITOS – alguns pontos da LBI

- Acessibilidade em calçadas, passeios e rotas públicas passa a ser responsabilidade do Poder Público.
- Auxílio-inclusão será pago às pessoas com deficiência moderada ou grave que entrarem no mercado de trabalho.
- Possibilidade de saque do FGTS para aquisição de cadeiras de rodas, órteses, próteses e materiais especiais.
- Cotas de inclusão: 10% de dormitórios com acessibilidade em hotéis e pousadas; 3% das unidades habitacionais que utilizarem recursos públicos; 10% das vagas em exames de seleção de cursos de ensino superior; 10% das vagas para condutores com deficiência, na outorga de exploração de serviço de táxi.
- Definição de pena de reclusão de um a três anos para quem discriminar pessoas com deficiência.
- Proibição a planos de saúde de cobrarem mais de pacientes por causa da deficiência.
- Garantia de acessibilidade plena em todos os espaços.
- Proibição de escolas privadas cobrarem valor maior de alunos com deficiência e obrigatoriedade de oferta de profissionais de apoio escolar, sem custo para as famílias.
- Escolas de idiomas, informática e de outros cursos livres são obrigadas a oferecer material acessível.
- Atendimento prioritário em situação de socorro.

*Alguns dos dispositivos da LBI carecem ainda de regulamentação.

Saiba mais: planalto.gov.br

Lúcia Resende
Relações Públicas da ADFFOR (Associação das Pessoas com Deficiência de Formosa – Goiás)

LBI – CALÇADA ACESSÍVEL OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO

Não se pode falar em inclusão sem antes se garantir acessibilidade. A Lei Brasileira da Inclusão (LBI) impõe corresponsabilidade da União, junto com estados e municípios, pela melhoria das condições de acessibilidade nos espaços públicos urbanos. Dentre os locais que requerem maior atenção, as calçadas, em particular os passeios, despontam como maior desafio.

A maioria das nossas cidades, construídas sem planejamento e sob cultura equivocada de desrespeito ao pedestre, possui calçadas cheias de obstáculos, muitas vezes intransponíveis. Para que a nova Lei produza os efeitos previstos, possibilitando às pessoas com deficiência sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, é fundamental o papel do Legislativo, a quem cabe fiscalizar as ações do Executivo e, se necessário, propor e/ou aprovar instrumentos legais complementares.

A revista Xapuri conversou com o presidente da Câmara de Formosa, cidade localizada a 80 km de Brasília, onde 24,85% da população têm algum tipo de deficiência (IBGE, 2010). Assim se pronunciou o legislador:

"Acompanhamos com expectativa a aprovação final e a sanção da LBI – Lei Brasileira de Inclusão – Viver Sem Limites. Sabemos da nossa responsabilidade para que o direito constitucional de ir e vir seja garantido a todas as pessoas.

O cumprimento dos dispositivos da Lei trará ganho para todas as pessoas com deficiência, e também para todos aqueles e aquelas que têm alguma restrição de mobilidade.

Formosa carece de muita atenção nesse assunto e dependerá de um esforço coletivo para que a implementação da LBI em nosso município ocorra com a maior urgência e alcance, com êxito, as expectativas de quem mais precisa.

A Câmara Municipal, representada por seu presidente, vereador Jurandir Oliveira, não medirá esforços no que lhe couber, para que tudo aconteça dentro do esperado. Afinal, precisamos dar dignidade a quem precisa viver com igualdade".

FILTRO DE BARRO BRASILEIRO, O MAIS EFICIENTE DO MUNDO

O nosso velho filtro de barro, comum na maioria das casas do campo e das pequenas cidades brasileiras, é o mais eficiente do mundo. Estudo do pesquisador Colin Ingram, publicado recentemente no livro The Drinking Water, mostra que o nosso tradicional filtro de barro, com câmara de filtragem de cerâmica, é capaz de reter 99% do parasita Criptosporidiose, causador de diarreias e de dores abdominais, e de 95% das partículas de chumbo, e é eficiente também na retenção de cloro, pesticidas, ferro e alumínio. Segundo Ingram, a eficiência na retenção das impurezas resulta do método, por gravidade, da passagem da água impura para a filtrada. Ao filtrar lentamente a água por meio da passagem pela vela e do gotejamento para o reservatório inferior, a gravidade impede que os micro-organismos e sedimentos passem pela vela. Esse sistema simples provou-se muito mais eficiente do que os métodos mais modernos, em que a água sofre uma pressão de passagem, como nos fluxos de água de uma torneira ou de uma tubulação, e o processo de filtragem fica prejudicado, uma vez que a pressão facilita a passagem dos micro-organismos e dos sedimentos pelo sistema, prejudicando a saúde das pessoas.

MARCHA E CONTRAMARCHA PARA O OESTE PELO CAPITAL

"Assim como noutros tempos, resistência houve e há."

Fernando Antônio Gelfuso

A compreensão dos grandes problemas que assolam as comunidades que vivem no outrora denominado "Sertão" do Brasil passa, em grande medida, pela historicização de todo o processo de inserção das regiões que o integram na órbita de influências dos chamados "Impérios Mercantis Salvacionistas" ibéricos – conceito criado por Darcy Ribeiro – e dos imperialismos que se sucederam no processo de expansão do capitalismo internacional.

De início, por falta de atrativos que atendessem aos anseios mercantis das burguesias e dos Estados europeus, as terras situadas a oeste dos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) foram desprezadas.

Entretanto, findos os primeiros cem anos da Idade Moderna, convictos de que era preciso salvar as almas de indígenas "infiéis", fujões e "despudorados", para o oeste marcharam padres de diferentes Ordens Religiosas que, enquanto "protegiam", desenraizavam os povos ameríndios.

De outro lado, criadores de gado, expulsos pelos canaviais e pelas guerras contra os holandeses travadas no litoral nordestino, tomavam os mesmos rumos, seguindo os rios; catadores de raízes, frutos, cascas e plantas se embrenhavam na floresta seguindo o caminho do gigante Amazonas; militares e aventureiros portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e até irlandeses engrossavam fileiras para o oeste brasileiro em busca de uma lasca de riqueza que pudesse trazer-lhes prestígio, prosperidade, poder político ou a glória de Deus.

Os bandeirantes, colonos de São Paulo e São Vicente, algozes de índios e negros, constituíram-se, naquele contexto, em meros instrumentos da opressão colonial, já que eram eles também vítimas do modelo de colonização exclusivista e excludente. Desde fins dos anos 1600, os expedicionários do Planalto de Piratininga marcharam a serviço do Estado português em busca de riquezas minerais e de seres humanos negros que ousaram buscar a liberdade nos Quilombos que se multiplicavam.

Nas andanças daquela multiplicidade de gentes que seguiam Brasil adentro em busca de liberdade, paz, fé, sonhos, riquezas ou homens para serem escravizados, é que se deu a descoberta do ouro. Assim, nos anos 1700, a exploração intensiva do precioso metal e, posteriormente, do diamante, consolidariam a ocupação de terras que acabaram urbanizadas, mercantilizadas e habitadas por novos segmentos sociais.

A despeito da espoliação – de terras e gentes – pelo colonialismo português e pelo imperialismo britânico, foi na sociedade moldada pela atividade extrativista mineral que se deu o primeiro grande processo de integração cultural formador da nossa brasilidade. Foi na imensidão dos "Sertões" que se encontraram mercadores das mais diferentes regiões, com suas bagagens de artigos produzidos nas mais longínquas sesmarias, línguas, hábitos e costumes trazidos das mais diferentes conformações socioculturais, sujeitos elementares no "fazimento" do Brasil e da brasilidade.

E foram os segmentos médios formados naquela nova ordem social mais urbana e, portanto, mais contraditória nas suas posturas e interesses, que acabaram por levar adiante o projeto emancipacionista – embora excludente – que conduziu à Independência, em 1822. A libertação, como se sabe, em algumas regiões tardou um pouco mais, e foram poucas as ações oficiais voltadas para a integração dos povos que pouco a pouco construíam a ideia de nação. José Bonifácio lançou a ideia da interiorização da capital, só muito mais tarde levada a cabo.

Na primeira metade do século XX, o centro nervoso da economia brasileira fora deslocado definitivamente para o Sudeste, onde o café reinaria quase tão soberano quanto os dois imperadores que chefiaram o jovem Estado nos anos 1800.

No Norte, a borracha produziu coronéis de novo tipo e mais trabalhadores espoliados que emigravam do Nordeste em crise. Os grupos nativos reagiram à violação de seus territórios por meio de guerras cruentas. Há casos de subserviência calculada e mesmo de suicídios coletivos como forma de resistência.

A República, jovem e excludente, nascida sob o signo e os desígnios do café e da elite que detinha o controle de sua produção, negava-se a si mesma: aos indígenas, negava a cidadania e a própria existência; aos camponeses que no "Sertão" buscavam alternativas de vida, ela respondia com os militares e os canhões, seus porta-vozes. A empreendedores estrangeiros e nacionais permitia a multiplicação dos capitais, via de regra em ritmo proporcional à subtração de vidas nativas. Verdadeiros extermínios foram perpetrados.

Fato é que a marcha para o oeste visava a contramarcha da riqueza, quase nunca para dentro, quase sempre para fora. Mesmo a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, estava inserida no contexto das políticas de expansão do capital e, portanto, da inserção daquelas áreas e daquelas gentes no âmbito dos sistemas nacional e mundial de produção.

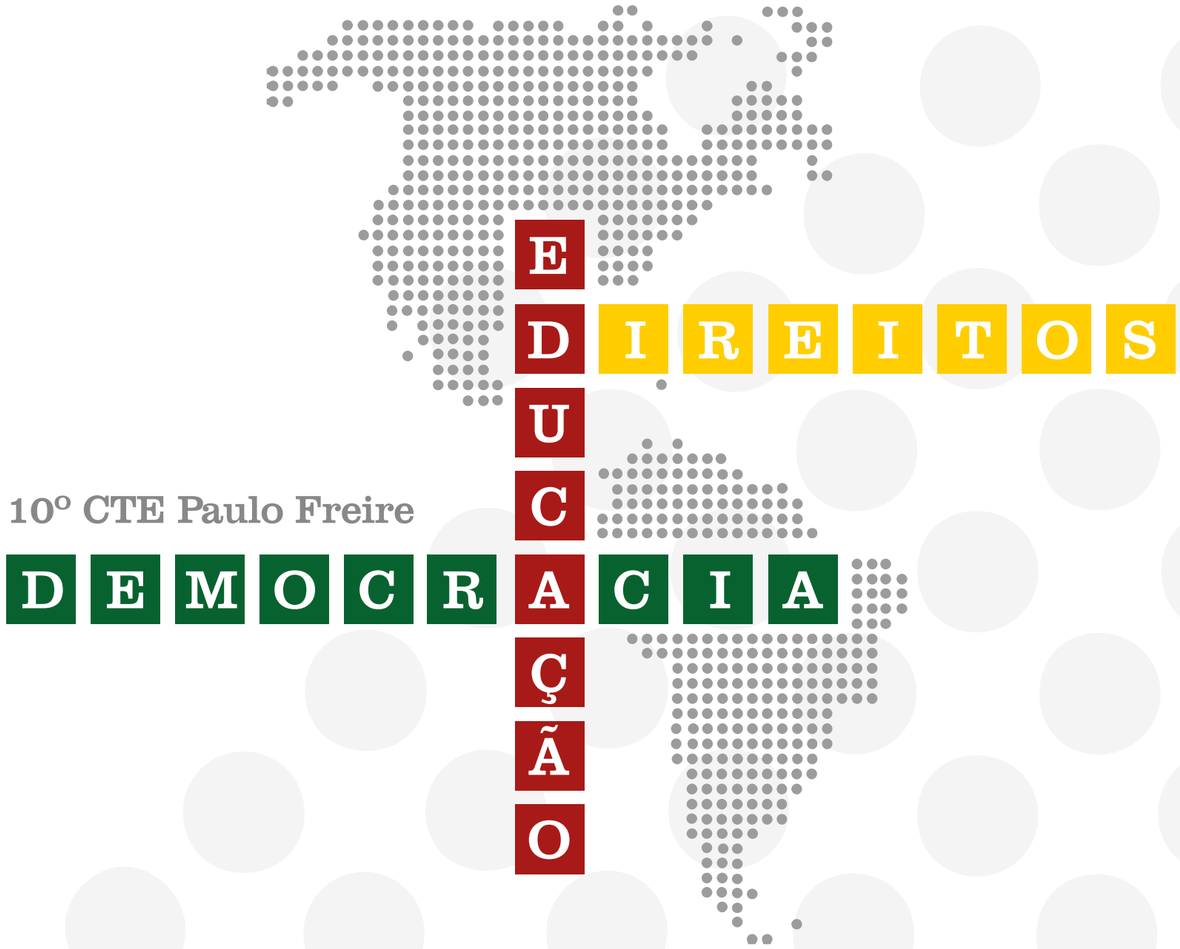
Getúlio Vargas, na sua fase mais autoritária, empreendeu ações efetivas do Estado brasileiro por meio da campanha de integração nacional: a Marcha para o Oeste de 1937-1938. Foi no ambiente criado pela política integracionista de Vargas que despontaram as figuras dos irmãos Orlando (1914-2002), Cláudio (1916-1998) e Leonardo Villas-Bôas (1918-1961), indigenistas que se integraram desde logo aos projetos lançados pelo programa. Acompanhados por brasileiros como o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, Heloísa Alberto Torres, brigadeiro Raimundo Vasconcelos de Aboim, Darcy Ribeiro e José Maria da Gama Malcher, idealizaram, entre outros projetos, a criação, em 1961, do Parque Nacional do Xingu, uma das mais importantes reservas indígenas da América, com o intuito de proteger as culturas indígenas da região, bem como proteger suas reservas naturais. Ali também se lançaram as bases para os 50 anos em 5 da Era JK.

No ambiente marcado pelos conflitos ideológicos da chamada Guerra Fria, a questão geopolítica foi adicionada como um dos ingredientes mais importantes no bolo da nossa marcha. A política desenvolvimentista iniciada por Juscelino, o dispendioso projeto de integração nacional e as ações integracionistas dos tempos militares aí se inserem e como tal devem ser entendidas.

Pelos rios da Amazônia, passaram e passam agentes do capitalismo internacional ligados ao setor farmacêutico e também aos de cosméticos, higiene e perfumarias. Grileiros, latifundiários e madeireiros representam a ganância do capital nacional. Mas, assim como noutros tempos, resistência houve e há. Guerrilheiros sonhadores, trabalhadores das reservas auríferas, camponeses sem terras e indígenas desterrados lutaram e lutam pelo direito à vida.

Nas terras militarizadas e, mais uma vez, postas à mercê do grande capital, segue sendo escrita a História do oeste brasileiro... o agronegócio, à frente, carrega a bandeira.

Fernando Antônio Gelfuso
Cientista Social, Historiador, Professor.



10º CTE Paulo Freire

SINPRO-DF REALIZA O 10º CONGRESSO DE TRABALHADORAS(ES) EM EDUCAÇÃO PAULO FREIRE

Entre 27 e 30 de agosto, professores e professoras da rede pública de ensino do Distrito Federal vão se debruçar sobre temas que afetam o magistério público e a educação. Eles e elas vão se encontrar no 10º Congresso de Trabalhadoras(es) em Educação Paulo Freire do Sinpro-DF, a ser realizado no Centro de Eventos e Treinamento (CNTC), na SGAS 902.

Com o tema "Educação, democracia e direitos", o congresso trará o debate sobre o Plano Distrital de Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE), a saúde do trabalhador, a meritocracia, o financiamento da educação (pré-sal), a reforma política e vários outros temas que, embora fora dos muros da escola, afetam diretamente o fazer acadêmico, o desempenho do magistério, o salário e, enfim, a vida do (a) professor (a).

A diretoria colegiada do Sinpro-DF entende que a luta do movimento sindical extrapola as questões meramente corporativas, até porque, para assegurar conquistas salariais, trabalhistas e financeiras é preciso intervir em todos os setores da vida em sociedade. O enfrentamento em defesa de direitos pedagógicos, salariais, trabalhistas e, sobretudo, a garantia do financiamento global da educação, financiada pelos recursos do pré-sal e fundamentada nos princípios do PDE e PNE, precisa da unidade da categoria.

O tema do 10º Congresso de Trabalhadoras(es) em Educação Paulo Freire reflete a necessidade de a categoria se unir à luta do movimento sindical do país para garantir a continuidade e o aprofundamento de políticas que fortaleçam e construam o projeto de sociedade democrática pelo qual o Sinpro-DF sempre lutou.

Por isso mesmo, o tema do congresso deste ano traz a defesa da democracia como um dos pilares da mudança estrutural que começou no início da década de 2000; da educação como fator transformador; e dos direitos, uma vez que neste ano de 2015 tem sido de luta contra os diversos ataques aos direitos conquistados ao longo da história da luta dos trabalhadores e trabalhadoras no país.

As lideranças sindicais do Sinpro-DF acreditam que os desafios colocados para a categoria exigem dela uma resposta rápida e um posicionamento claro. Assim, neste congresso, a ideia é reforçar o ensinamento pedagógico de Paulo Freire que dizia, na obra "Pedagogia da Autonomia", de 1996, que a neutralidade é um gesto de comodismo que resulta em perdas em todos os sentidos.

FEIRA DO PRODUTOR

ESPAÇO DE CONVÍVIO SOLIDÁRIO ENTRE O CAMPO E A CIDADE NO JARDIM CALIFÓRNIA, EM FORMOSA, GOIÁS.

Lúcia Resende

Quem quiser verdura fresquinha, fruta, planta pra comer com a boca ou com os olhos, doce, biscoito, farinha, tapioca, ovo, queijo, frango caipira, guariroba, ervas, cheiros, temperos, enfim, produtos da agricultura familiar, e, de quebra, um dedo de boa prosa, é só passar toda quarta-feira na feira livre do Jardim Califórnia, em Formosa, Goiás.

Ali se reúnem agricultoras e agricultores familiares de Formosa e região, todos integrantes da Associação dos Produtores da Feira Livre de Formosa (ASFELF), das 6 às 12 horas, trazendo produtos para comercializar. Segundo o presidente da ASFELF, Valdir Manari Osório (51), que trabalha com a esposa Márcia Rozângela (47) no Projeto Santa Cruz, a Feira do Califórnia foi inaugurada em novembro de 2014, na quadra poliesportiva do bairro, e a ideia inicial era "ocupar o espaço, alvo de ação constante de vândalos". Entretanto, o que se observa é que hoje a feira já é uma referência, não só para os moradores das proximidades, mas também para os de outras partes da cidade ou até de outros lugares.

É o caso de Maria das Graças A. da Costa (59), proprietária de uma pousada na zona Rural, que afirma: "compro pelo preço, pela qualidade, pela variedade, pela possibilidade de escolher à vontade". Mas a maioria dos compradores é mesmo gente da cidade, moradores das proximidades como Paulo Antônio da Silva (67), que diz: "venho porque gosto do ambiente, pela facilidade, pois é perto da minha casa, porque tem menos gente que a feira do centro, produtos de qualidade, mas principalmente para incentivar a agricultura familiar, acho isso muito importante". Ou moradores de outros bairros como Henderson Generoso (43), morador do Jardim Esmeralda, centro, que argumenta: "compro aqui por causa dos bons preços, pelo conforto, pois não ficamos expostos ao sol, e porque as mercadorias são de primeira qualidade".

Os compradores entrevistados são unânimes em destacar a qualidade dos produtos. Isso comprova que a agricultura familiar, responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, também nos proporciona alimentos saudáveis.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) informam que cerca de 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa provêm da agricultura familiar: 70% do feijão; 83% da mandioca, 69% das hortaliças; 58% do leite; 51% das aves. Tudo isso graças a famílias como a dos meeiros Sebastião Cardoso (52) e Sandra M. Andrade (51), que trabalham em uma chácara do Projeto Santa Cruz, em Formosa. Ela diz que vive no campo porque gosta "do sossego e de plantar" e que pode "vender e ter renda". O casal afirma conseguir R$ 1,5 mil mensais com as vendas na feira, mesmo não trabalhando em terra própria. Ou da Maria Júlia (62), que produz mudas num viveiro em sua casa, ali mesmo perto da feira: morango, rosa, gerânio, arruda, hortelã, manjericão, pimenta, coentro, salsa, cebolinha e outros cheiros e cores ganham viço pelas mãos dela. Além disso, a plantadora traz para a feira peças de artesanato, que produz entre um plantio e outro.

O perfil do feirante é geralmente o mesmo: pequeno produtor, com baixa escolaridade, que tem no campo a única possibilidade de sustento. Pesquisa feita com as produtoras e os produtores presentes na feira confirmou isso. Dos 25 indivíduos entrevistados, 14 não passaram das séries iniciais do ensino fundamental. Entretanto, isso vem mudando, e está surgindo um novo tipo: pessoas com formação universitária, que veem o campo como forma de aplicar os conhecimentos adquiridos e de difundir um novo modelo de pensamento rural. Para esses, a preocupação maior é com o consumidor, com a qualidade sanitária e biológica dos alimentos que produzem e com a qualidade de vida. Essa tendência foi identificada na feira do Jardim Califórnia.

Ali encontramos as irmãs Selma S. Gonçalves (31), graduada em Gestão Administrativa, e Beatriz das D. Gonçalves, graduada em Matemática. Ambas trabalham com os pais, Cleonilda S. Gonçalves (50) e Jades Humberto Gonçalves (54), agricultores desde sempre. Selma justifica sua opção de permanecer na produção rural: "Eu fui criada nesse meio, gosto de produzir e de ver quem está consumindo o alimento que nós produzimos. Antes, a gente vendia só para os atacadistas, mas aqui é melhor. Eles levam as caixas, pagam o que querem, e a gente nem sabe quem compra. Aqui na feira é diferente, eu posso atender a pessoa, saber o que ela quer. Nós cuidamos pra produzir alimentos saudáveis". E acrescenta: "Hoje eu trabalho com a minha família, erguendo a minha família, ajudando a minha família a crescer". Beatriz completa: "Quero ter família, ter filhos, quero que cresçam junto conosco, como nós fomos criados, quero ter uma vida com mais qualidade. Na cidade, a gente trabalha muito, cansa, e não sobra nada. Na nossa propriedade sobra mais, e a gente tem mais qualidade de vida. Você planta o que você come e sobra pra vender, pra você ganhar. A gente tem cuidado com o próximo, usa menos remédio, pro alimento ser saudável. Trabalho de roça cansa, mas você dorme e descansa; já a mente, não descansa".

Outra produtora com alta escolaridade é Francelina Gomes (38), pós-graduada em Orientação Educacional, que produz polpa de frutas. Aprovada em concurso público, aguarda chamada para o quadro de professores da rede municipal de Formosa e justifica sua presença na feira: "Eu tenho uma pequena fábrica, aqui eu vendo e divulgo o meu produto. Mesmo quando for chamada, vou trabalhar um só turno e vou continuar na feira. Tenho meus clientes, vou continuar".

A Feira do Produtor do Jardim Califórnia, a exemplo de tantas mais Brasil afora, representa a agroecologia, promove a diversificação no plantio, contribui com o desenvolvimento regional, com a preservação da identidade sociocultural, e produz melhor qualidade de vida. Além disso, é fundamental para a diminuição da pobreza, para a geração de renda, para o desenvolvimento interiorizado, para o crescimento econômico com sustentabilidade. Mais que isso, permite o convívio solidário entre o campo e a cidade.

Lúcia Resende
Mestra em Educação

CAATINGA

BIOMA DESPREZADO SOBREVIVE NO SEMIÁRIDO

Anita Borges

No final de junho passado, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou, em Petrolina (PE), uma audiência pública sobre o bioma Caatinga. O encontro foi uma parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e teve por objetivo fazer um balanço das atividades do Ministério Público nordestino em defesa daquele bioma. E a conclusão foi de que ainda há muito o que fazer.

Dos biomas brasileiros, a Caatinga é o único totalmente nacional e sobrevive a um processo de exploração, ou devastação, que tem a idade do Brasil. Nos mapas, abarca 13% do território do país, em nove estados nordestinos, mais o norte de Minas Gerais, no vale do rio Jequitinhonha. Mas, desse total, menos de 0,5 % estão em unidades de proteção ambiental.

Seu nome advém do tupi-guarani (ka'a = planta e tinga = branca), numa referência à maioria de suas árvores, arbustos e capins, que perdem as folhas e ficam com coloração esbranquiçada nos períodos de estiagem.

Boa parte dessa vegetação, que inclui vários tipos de cactos, é espinhosa e bastante retorcida, produzindo grande variedade de frutas e castanhas que servem à alimentação humana. Sua flora, bem característica, abriga muitas espécies endêmicas à região, na maioria pouco estudadas.

O semiárido nordestino passou por diversas fases de ocupação desde a chegada dos portugueses, quando a região era habitada por vários grupos indígenas. Em todas as fases, o bioma nativo foi desprezado e sua vegetação derrubada, pra dar lugar a pastagens e culturas extensivas, como a cana-de-açúcar e o algodão, em geral com mau uso dos recursos hídricos e do próprio solo. A madeira sempre foi retirada como lenha pra uso doméstico ou industrial, o que ocorre até os dias atuais.

Há locais de ocupação recente, como o do projeto Salitre, nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), limitados pelo rio São Francisco, onde pequenas propriedades irrigadas produzem frutas vendidas no Brasil inteiro e exportadas para muitos países. Nessas áreas, uma parte da Caatinga nativa é preservada.

Também é muito conhecido o uso da Caatinga com cenário natural em áreas turísticas, como na Chapada Diamantina, na Bahia. A topografia acidentada e a vegetação nativa se somam à arquitetura colonial de cidades como Lençóis e Rio de Contas, por exemplo, pra formarem um dos principais redutos turísticos daquele estado, competindo com sua preciosa orla marítima.

Anita Borges
Jornalista

Eu Valorizo MINHA CIDADE

I CONFERÊNCIA MUNICIPAL

MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS e das águas pluviais

Ideias que incentivam e **valorizam** o meio ambiente da nossa cidade

Valparaíso de Goiás sediará a I Conferência Municipal de Manejo de Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais. O evento tem por objetivo planejar a gestão de manejo de resíduos sólidos e águas pluviais para o município, possibilitando a adoção de um plano unificado de gestão do setor, adequado às diretrizes nacionais.

O manejo de resíduos sólidos e águas pluviais é parte de uma importante frente de trabalho, que mais do que cuidar do meio ambiente, vai permitir tornar mais eficiente a coleta, o tratamento e a destinação de resíduos sólidos e águas pluviais. Com um manejo adequado, meio ambiente e qualidade de vida serão preservados, além de beneficiar a parcela da população que depende destes resíduos como fonte de renda, ou que está exposta aos riscos das chuvas.

Participe, sua colaboração é muito importante.

19 AGO 14 às 18h

Auditório da Secretaria de Educação
Q 15 Etapa A

/PVALPARAISOGO

Apoio UnB

CORSAP DF GO

PREFEITURA MUNICIPAL - GESTÃO 2013/2016
VALPARAÍSO DE GOIÁS

ECOTURISMO

CHAPADA DIAMANTINA

Jaime Sautchuck

A OUTRA BAHIA

A Bahia tem, provavelmente, a mais bela, prolongada e diversificada orla marítima do Brasil, sua atração mais atraente. Mas há outras bahias, talvez menos conhecidas, mas igualmente lindas e agradáveis. É o caso da Chapada Diamantina, uma extensa região protegida por um Parque Nacional e pelas comunidades, que têm no turismo sua principal atividade econômica.

Ali, nos 1.520 Km2 do Parque, há de tudo um pouco. Mata Atlântica, campos floridos, verdes planícies se encontram e se misturam com pedaços de Cerrado e de Caatinga, por onde transitam espécies de animais raras, como tamanduá-bandeira, tatu-canastra, porco-espinho, gatos selvagens, capivaras e inúmeros tipos de pássaros e cobras. Paredões, desfiladeiros, cânions, grutas, cavernas, rios e cachoeiras chamam à aventura.

A Serra do Sincorá serve de anteparo aos morros que são as pilastras da Chapada. E estes, por sua vez, abrigam cidades históricas, como Lençóis, Mucugê, Andaraí, Rio de Contas; cachoeiras como a da Fumaça (320 m), do Frade e do Sossego; trilhas fáceis e difíceis, pra caminhadas e ralis; morros emblemáticos, como o do Camelo; muitos hotéis, pousadas e restaurantes; e por aí vai.

A Chapada é bem localizada, ao centro do Estado, mas não muito distante de Salvador, a capital, de Feira de Santana, Vitória da Conquista, que são outras importantes cidades mais próximas do litoral. O acesso é muito fácil, especialmente a Lençóis, a cidade mais visitada, pela sua localização. Mas, lá dentro, por sorte, o quadro muda de figura, e as estradas são mantidas com seu aspecto rural.

O acesso é relativamente fácil, por diversos caminhos. Lençóis, por exemplo, tem voos regulares pra Salvador, a 430 km dali, e outros centros do país. Por terra, há estradas que cortam a Bahia de leste a oeste e passam pela Chapada pelo norte e pelo sul.

São muitos os roteiros e incontáveis as possibilidades.

Vale conferir:
bahia.com.br

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS GOIANAS

FALÊNCIA DO ESTADO?

"O governo que investe em militarização não acredita em democracia." Aldimar Jacinto Duarte

Goiás deve se tornar em breve a unidade da Federação com o maior número de escolas militares. Por iniciativa do governador Marconi Perillo e com o aval da Assembleia Legislativa, a expectativa é de que, até o final de 2015, 24 novas unidades educacionais sejam militarizadas, totalizando 43 unidades em todo o estado, conforme anunciou o jornal O Popular (junho, 27).

O modelo consiste em dividir as funções da escola: a parte administrativa e o controle disciplinar ficam a cargo da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública. A área pedagógica permanece sob comando da Secretaria de Educação. A justificativa apresentada pelo governo é o "rigoroso padrão de qualidade" das escolas militares. Some-se a isso "o combate à violência".

Educadores e especialistas têm reiterado que a medida é desastrosa para a Educação. A presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, é categórica: "O Sintego é terminantemente contra a militarização. Isso vai trazer um prejuízo irreparável e vai levar décadas pra que a sociedade compreenda o tamanho desse prejuízo".

No que diz respeito à violência, a coordenadora do Observatório de Violência nas Escolas do Brasil, doutora em Ciências da Educação, Miriam Abramovay, argumenta: "militarizar a escola é algo muito grave, porque a escola atesta que ela não é capaz de nada, que para ela funcionar tem que vir gente de fora, tem que vir a polícia. E aí dizem que isso resolve, mas resolve pela repressão", explica. Responsável por coordenar pesquisas da Unesco sobre o tema, ela lembra o fracasso da prática nos Estados Unidos: "quando a polícia entrou nas escolas americanas, a violência só aumentou. Sabemos isso porque lá tem números, aqui não temos números. Os adolescentes e jovens estão sempre tentando burlar as formas de repressão que eles sofrem, então por isso que não [se] resolve a violência desse jeito".

Colégio Estadual Miriam Benchimol Ferreira voltou das férias com gestão militarizada

Fotos: Jéssica Ferreira

Bia de Lima: militarização vai trazer prejuízos irreparáveis

No início de 2014, ao saber do que ocorria em Goiás, o educador e escritor José Pacheco, idealizador e ex-diretor da Escola da Ponte[1], unidade de referência da Educação pública em Portugal desde 1976, escreveu emblemática *Carta*[2] para *Florestan Fernandes*[3], em que critica: "Quanta ignorância a de pensar que se poderá acabar com a violência explícita com recurso à violência simbólica, numa escola-caserna!". E, referindo-se à escola que deu início ao processo, o Colégio Fernando Pessoa, de Valparaíso de Goiás, indaga: "Por que não deixam o poeta em sossego? Por que se calam os educadores brasileiros, permitindo que a poesia e a pedagogia sejam vilipendiadas?".

Na verdade, ao protagonizar esse processo, o governo goiano emite sinal claro de que que a Educação que comanda, vítima dos desmandos constantes do poder público, trilha o perigoso caminho do retrocesso. Um caminho que aposta na repressão e na submissão, quando as experiências, os estudos, apontam em outra perspectiva. Para a maioria dos estudiosos, o "ensino de qualidade" das escolas militares é questionável. Em Educação Sitiada, matéria publicada pelo Portal Aprendiz[4] em fevereiro de 2014, o então professor de ética e filosofia política da Universidade de São Paulo (USP), Renato Janine Ribeiro, atual ministro da Educação, pontua: "Em um período fundamental de formação, ao invés de educar, você adestra e disciplina. O que o governo de Goiás está fazendo é renunciar à formação dos sujeitos".

Em uma escola militar, a rotina é praticamente a de um quartel: a hierarquia e a disciplina norteiam práticas espartanas, da farda ao corte de cabelo; da obediência cega à punição pelo desvio, pela ousadia. A continência, o perfilamento, a revista, enfim, tudo dentro das regras militares. Práticas absolutamente conflitantes com o que defendem grandes pensadores como Paulo Freire, por exemplo. Sujeito histórico vira balela.

Para Freire, a Educação não pode ser um ato de opressão; ao contrário, é pela Educação que o ser humano se faz dono da sua própria história e se liberta. Para o mestre, há de se ter clara a incompletude humana, de se buscar a mudança, a comunhão, a solidariedade entre os seres, para a construção do conhecimento. No modelo militar, isso não ocorre, porque a autonomia é mutilada, as relações são antagônicas: há opressores e oprimidos. É preciso, pois, rebelar-se.

No fim da sua Carta, José Pacheco alerta, dirigindo-se ao mestre Florestan Fernandes: "Que os educadores brasileiros se orgulhem do teu exemplo e se oponham a políticas públicas desastrosas. Que sejam aquilo que disseste dever ser um professor: um cidadão e um ser humano rebelde".

Rebeldia é o que não falta ao Sintego quando questiona e discorda da política imediatista e superficial de promover política educacional: "a militarização atenta justamente contra as lutas antigas que nós temos vivido, o processo de democratização, a consciência crítica, a necessidade de construirmos um cidadão livre. Há mais de 30 anos vimos lutando por uma Educação pública e de qualidade para todos. Militarizar a escola é retroceder ao tempo da Ditadura Militar, quando a democracia e a autonomia das escolas ficaram ameaçadas", pontua Bia de Lima, que conclui: "Nós, que somos professores, educadores, sabemos a dimensão, o risco, o estrago que isso vai provocar ao longo das gerações na construção de cidadãos conscientes".

Hugo de Carvalho Ramos, segundo colégio estadual a ser militarizado, em Goiás, em 2000

E há muitos rebeldes, felizmente. Dentre eles, o professor doutor em Educação Aldimar Jacinto Duarte, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), que alerta: "o perfil de colégio militar implantado pelo governo estadual é antidemocrático e não inclusivo. Além disso, é voltado para atender estatísticas". E acrescenta: "O governo que investe em militarização não acredita em democracia".

Entre os que defendem a medida, muitos citam o apoio das famílias nas comunidades de escolas já militarizadas. No entanto, Bia de Lima explica: "A verdade é que os pais, às vezes, por não terem uma presença mais próxima dos filhos, estão substituindo seu papel e colocando este controle, esta ordem e disciplina nas mãos de militares. É uma fuga que não ajuda a construir um cidadão com valores, com posições claras, nítidas, posições valorizados, coisa que infelizmente em Goiás não existe. Hoje não existe segurança nas ruas e, em vez de colocar militares para garantir a segurança da população, estão colocando militares dentro das escolas. Essa inversão de papéis vai ser um estrago imensurável para a Educação e para a construção de novos cidadãos".

1 - escoladaponte.pt
2 - portal.aprendiz.uol.com.br
3 - Florestan Fernandes (1920-1975) – sociólogo, professor, pesquisador, com quase 80 livros publicados. Referência de pensamento, ele não só refletiu sobre a escola brasileira, apontando seu caráter elitista, como atuou pessoalmente em defesa da Educação pública e de qualidade para todos.
4 - uol.com.br

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

MINHA GARAGEM, MINHA VIDA

Eleito como precioso bem a ser conquistado na vida, o carro merece do brasileiro o mais especial lugar de sua casa: a frente e, de quebra, corrompe o direito à cidade para todos.

Antenor Pinheiro

Poderia ser o quarto o lugar ideal para estacionar o carro ao chegar do trabalho, afinal é este o cômodo mais íntimo da casa, no qual dormimos e sonhamos todos os dias. Portanto, nada mais seguro e coerente ter ali, ao lado da cama, enquanto se dorme, bem pertinho mesmo, aquele reluzente patrimônio adquirido, pelo qual se trabalha toda uma vida para chamá-lo de meu.

Não por menos, as garagens residenciais das cidades brasileiras merecem destaque no planejamento das edificações, via de regra previstos para ocuparem espaços nobres, amplos e vistosos na planta geral. Melhor que a casa seja observada pelo transeunte a partir do ângulo da garagem que guarnece o carro, garantindo ao seu proprietário a devida posição social. Por esta razão a frente da casa é o flanco preferido, pois dela se permite relacionar o carro à casa e, consequentemente, ao vitorioso proprietário. E mesmo que não possua o concorrido bólido, ter uma garagem na casa é essencial para um bom começo. Prova que o proprietário da residência não deixou de inclui-lo na perspectiva possível de seu universo de valores, embora o mais comum seja o brasileiro primeiramente adquirir seu carro para, depois, se couber no orçamento, comprar a casa.

Nesse contexto, algo inusitado, porém assustador, é o lançamento imobiliário de luxuoso edifício de apartamentos residenciais providos, pasme o leitor, de espaços para o carro na antessala. O feito acontece na cidade de Goiânia. Uma espécie de prédio residencial com garagem no apartamento. Funcionará assim: o abastado morador, depois de vencer vias públicas congestionadas, chega ao seu prédio, transpõe o portão automático do acesso principal, alcança o mezanino conduzindo seu carrão (penso que seja), aciona e adentra no elevador sem sair do habitáculo automotivo, somente dele desembarcando já na antessala do apartamento. É quase o carro no quarto, e nas alturas. Invejável!

Lugar prioritário para o carro também está nos estacionamentos/garagens comerciais e outros logradouros de acesso público. São amplas áreas destinadas aos parkings que confinam a edificação do negócio como se ilha fosse, cercada de carros por todos os lados. Os edifícios de salas e lojas comerciais são alicerçados por profundas e vigorosas cavidades de concreto: três, quatro pisos subterrâneos, não raro mais dois, três pisos antecedendo ou sucedendo mezaninos, tudo para recepcionar a demanda automotiva enquanto se trabalha ou se vai à loja – é carro debaixo da terra, na superfície, no ar...

No Brasil, a tendência é que se agrave esta realidade. Por aqui ainda é paradigma a vinculação entre a área a ser edificada e o número de vagas ou de garagens exigido pelo poder público para liberar o alvará de construção. Ao contrário da política de uso e ocupação do solo praticada em países desenvolvidos, a lógica por aqui consiste em condicionar a liberação da construção do empreendimento à capacidade ofertada de vagas e garagens para carros, aumentando esta proporção quanto mais adensada é a região escolhida. Um contrassenso, pois o problema das regiões saturadas das cidades não se traduz na sua reduzida capacidade de guarnecer o volume da frota de carros circulante no entorno dos ambientes construídos, mas no ilógico estímulo ao seu uso incontido. Ou seja: a questão não é ter garagem garantida para o carro no prédio comercial construído em área já excitada, mas como o carro vai chegar a ela. O problema não se resolve assim, sabemos todos pelas experiências testadas em centenas de cidades mundo afora. Nestas, quanto mais saturada é a região da construção requerida, menos garagens são permitidas, quando não, nenhuma. Trata-se da racionalização do uso do carro por meio de uma política que restrinja a opção pelo transporte individual em favor dos modais coletivos e não motorizados de deslocamento de pessoas.

Outra galopante e controvertida realidade está garantida no instrumento da outorga onerosa, conceito que subverte o bom senso na gestão das cidades. Previsto em legislação específica para ser utilizado com o máximo de parcimônia, permite que o empreendedor edifique, mediante contrapartida financeira, seus complexos imobiliários além do que suporta a infraestrutura da cidade, provocando assim sobrecargas além das possibilidades de seu gerenciamento pela governança local. Em tempo de crise econômica que empobrece cada vez mais o cidadão e compromete arrecadações oficiais com tributos, a outorga onerosa é tudo aquilo de que medíocres governantes lançam mão para continuar, em sua esmagadora maioria, errando na execução de suas atribuições. Uma generosidade que virou regra, onde o poder de compra de espaços na geografia urbana corrompe a equidade que deveria balizar o direito à cidade para todos.

Com isso, incham as cidades os prédios e construções horizontais, todos abarrotados de garagens para guarnecer nossos carros, sob o pretexto do suposto uso misto dos espaços urbanos sem justificativa plausível, sem as mínimas mitigações necessárias. Um tal de entra e sai incessante de carros a trançar suas ruas e calçadas, que além de mal construídas e desprovidas de padrão, ainda mais infernizam a vida dos pedestres, sem e com deficiência. É o resultado da lógica da supremacia das garagens em detrimento da vida!

Antenor Pinheiro
Jornalista, Coordenador da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) Regional Centro-Oeste.

DO SERTÃO DA FARINHA PODRE ÀS BARRANCAS DO VELHO CHICO

CARNE DE SOL

Foto: culinaria.culturamix.com

Zezé Weiss

A carne de sol, típica do Nordeste, está presente na rica culinária mineira, das terras do antigo Sertão da Farinha Podre – área entre as regiões do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro – até o extremo norte de Minas, com raízes fincadas nas barrancas do Rio São Francisco, em toda a sua extensão. De origem provavelmente calcada no hábito de conservar o alimento com sal trazido pelos portugueses, a carne de sol, também chamada carne de vento ou carne do sertão, percorreu as trilhas da colonização e segue muito apreciada na atualidade.

Presença certa nas bruacas dos tropeiros, serviu e serve de base para a comida do sertão. Da mesma forma, frequenta as mesas urbanas, da mais simples à mais sofisticada.

Nas barrancas do Velho Chico, muitas são as formas de preparo, todas elas apreciadas. Mas o escondidinho de carne de sol é, sem dúvida, uma delícia que agrada sertanejos e citadinos, moradores ou passantes.

É ali nas margens do rio que está Mirabela, cidadezinha afamada por produzir uma das melhores carnes de sol do Brasil e de onde o produtor rural Alex Alves ensina a receita (globo.com).

ESCONDIDINHO DE CARNE DE SOL

INGREDIENTES

1 ½ quilo de carne de sol picadinha
300 gramas de queijo minas fresco e ralado
250 gramas de requeijão cremoso
200 gramas de creme de leite
2 cebolas médias picadas
4 dentes de alho picados
Cheiro verde e pimenta de cheiro a gosto
2 tabletes de caldo de galinha
1 quilo de mandioca

MODO DE PREPARO

- Coloque um filete de azeite para refogar a cebola e o alho. Em seguida, jogue a carne de sol e a pimenta de cheiro. Deixe fritar até ficar ao ponto, em torno de 20 minutos. Reserve.
- Coloque os pedaços de mandioca na panela de pressão junto com os tabletes de caldo de galinha. Assim que o barulhinho da pressão começar, a mandioca já vai estar cozida. Ponha os pedaços em uma vasilha e amasse.
- Mandioca bem amassada, é hora de colocar o creme de leite e, em seguida, o requeijão cremoso. Misture bem. Em outra vasilha, coloque a carne de sol e por cima o purê de mandioca. Salpique o queijo minas ralado e leve ao forno por 15 a 20 minutos, em fogo alto. Depois, é só saborear.

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

9 CRECHES
EM CONTRUÇÃO

EM ANÁPOLIS
EDUCAÇÃO É PRIORIDADE

A Prefeitura de Anápolis reformou e ampliou 23 unidades educacionais, entre escolas e Centros Municipais de Educação Infantil.

20 GINÁSIOS
POLIESPORTIVOS

Inaugurada dia 28/07/2015

35 MIL KITS
ESCOLARES E UNIFORMES

Prefeitura de
ANÁPOLIS
Cidade de Todos!

Secretaria Municipal de
Educação

anapolis.go.gov.br

DISQUE PREFEITURA 156

DOIS ANOS SEM JORJÃO

Foto: brasil247.com Foto: Correio

Jaime Sautchuk

Mês passado, corações apertados lembraram da falta que faz Jorge Luiz dos Santos Ferreira, o amigo Jorjão, que nos deixou fora do prazo combinado, como diz Rolando Boldrin. Era um cara especial como pessoa, agitador cultural, empresário, contador de causos, defensor de causas, pra falar de alguns dos predicados que dois AVCs calaram aos 54 anos de tenra idade, no dia 2 de julho de 2013.

Por muitos anos, ele foi mais conhecido pelo apelido de Jorge do Feitiço, uma referência ao Feitiço Mineiro, tradicional restaurante brasiliense, de sua propriedade. Isso, embora ele tenha criado, também, onze outros bares e restaurantes que ainda hoje disputam entre si o título de o mais concorrido da Capital do País. Mas sua história vai muito além do bem-sucedido empresário.

Jorge era mineiro de doer, mas foi sepultado em Brasília, terra que o adotou. Nasceu em Cruzília, no Sul do estado, em 1959. Seu pai, Jaime, descendente de portugueses, foi sócio por 40 anos do irmão Mirinho numa loja comercial, um armazém. Como medida do seu prestígio, já naquele ano, dos 8 mil habitantes do município, 300 recém-chegados eram seus afiliados.

A mãe, D. Terezinha, era pacata dona de casa, até virar militante em defesa dos direitos humanos. A mudança foi provocada pela prisão, tortura e assassinato de seu filho mais novo, Jacir, num crime nunca elucidado. Ele era presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) da cidade e fazia denúncias sobre atividades ilegais de policiais e juízes da região.

Após completar o ensino fundamental (antigo primeiro grau), Jorge foi para Juiz de Fora, onde fez o ensino médio (segundo grau) e cursou Sociologia, na Universidade Federal. Simultaneamente, lecionava na rede pública e atuava no Serviço de Educação Popular (SEP), entidade católica. E iniciou-se na política, militando na facção estudantil Liberdade e Luta (Libelu), de linhagem trotskista.

Aliás, nos primórdios do PT, nos anos 80, Jorjão era da turma que chamava de "pelego" o então líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula. Anos depois, ele passou a fazer parte do seleto grupo das peladas futebolísticas da Granja do Torto, em Brasília, espécie de casa de campo de Lula, quando presidente da República.

DE CRUZÍLIA PRA BRASÍLIA

Após se formar, ele morou uns tempos em Belo Horizonte, mas sem nunca desgrudar de Cruzília. Lá, mantinha o afago familiar como o quinto na escada de seis irmãos, e cultivava as histórias e brincadeiras da gente da terra. Em especial as do tio Mirinho, inspirador do legendário Geraldo Rôla, autor dos tantos causos com que Jorge animava plateias de amigos. Além de bom contador de causos, algumas daquelas estórias ele escreveu no livro "Terra, Mar e Bar", do qual é coautor.

Cruzília tinha, porém, um atrativo maior que qualquer outro. Era Denise, filha de cruziliense que morava em Brasília. O namoro começou em 1978 e foi se alongando até que, em 85, Jorge cedeu aos apelos do coração e desembarcou na Capital Federal. Casaram-se e tiveram três filhos (Leo, Lucas e Luciana).

Em Brasília, Jorge passou a lecionar em escolas da rede pública e na Universidade Católica. A família transpirava política. O pai de Denise é o advogado José Oscar Pelúcio, histórico militante do Partidão (PCB), e sua mãe, Eva, professora universitária cuja família foi vítima do nazismo, na Europa. Era, desde logo, um ambiente de incentivo à militância política.

Jorge se aproximou do Sindicato de Professores e as primeiras greves em que atuou foram motivos de sua demissão dos dois empregos. Corria o ano de 1987 e ele, desempregado, aceitou o convite de um primo e, juntos, montaram um restaurante especializado em massas. A sociedade durou pouco, mas serviu para lhe dar a embocadura da nova atividade. Dois anos depois, surgiu o Feitiço Mineiro.

SOLIDARIEDADE CRIATIVA

Já naqueles anos, ele se mudou para a ala de empresários do PT, mas não reduziu o pique de ardoroso militante – em tudo o que fazia, sempre havia uma causa a defender. O próprio Feitiço é um exemplo. Desde que foi criada, em 1989, a casa já foi palco de mais de 10 mil espetáculos musicais, realizados por milhares de artistas.

O restaurante nasceu com a intenção de preservar e difundir a cultura mineira, da culinária às outras artes. Mas virou referência de cultura brasileira. Durante anos editou a prestigiada revista cultural Tira Prosa. E passou a abrigar, também, o Clube do Samba, reservando as segundas-feiras para rodas de batucada, com o aval das velhas guardas cariocas.

Criatividade não lhe faltava. Ao montar o Bar Brasília, quase vinte anos depois, por exemplo, Jorge localizou no interior de São Paulo uma farmácia montada em 1918, que estava à venda. Móveis, prateleiras e balcões – um brinco. Ao fechar o negócio, o ex-dono ficou surpreso por ele não querer o ponto, nem o estoque de medicamentos, mas apenas as velhas instalações.

As peças foram transportadas para Brasília e montadas num local onde, na opinião geral, não caberia uma casa desse tipo. Em lugar dos remédios, bebidas em fartura, que inclui "o melhor chope da Capital", na classificação da revista Veja da época. Um sucesso, enfim. Em cada nova empreitada, uma parceria diferente. Candidatos a sócio faziam fila. Em novos empreendimentos, ele se dava ao luxo de entrar apenas com conhecimento, talento e uma baita disposição pra trabalhar.

Também eram muitos os concorrentes que buscavam nele uma opinião sobre seus negócios já estabelecidos ou ainda em planos. Solidário, ele não sonegava informações e dicas que pudessem até fazer com que as casas dos outros ficassem melhores que as suas. Por isso, ele se tornou referência, liderança mesmo do setor de bares e restaurantes não só de Brasília, mas do Brasil inteiro.

Algumas de suas marcas eram o eterno sorriso e o jeitão simpático de tratar toda a clientela, do estudante mais durango ao presidente da República. Ou: do Lula operário, derrotado em eleições, ao Lula presidente. A amizade com Lula, aliás, é exemplar. Foi construída em acaloradas discussões partidárias, em mesas de bares e em pescarias (legais) no Pantanal Mato-grossense. Na tristeza e na alegria.

Mas a clientela de Jorge nunca se restringiu a gente do PT, é claro. E a importância de sua atuação, especialmente na área cultural, tampouco é reconhecida apenas pela esquerda. Ele foi agraciado, por exemplo, com o título de cidadão honorário do Distrito Federal, concedido pelo Legislativo local, onde a esquerda não chegava a um terço dos deputados.

Outro exemplo é do executivo peruano Salvador Herência, do Unicef, que quando serviu no Brasil foi o criador da campanha "Criança Esperança", adotada pela Rede Globo. No dia 2 de julho de 2013, Herência pegou um avião em Santiago do Chile, onde morava, e foi bater em Brasília com uma única missão: um adeus ao amigo Jorjão, no velório.

Foto: samba-choro.com.br

Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

Fotos: Kleber Melo

FENAE APRESENTA PROGRAMA MOVIMENTO SOLIDÁRIO AO GOVERNADOR DO MARANHÃO

É fácil notar que as cidades de melhor qualidade de vida no mundo desenvolvem suas políticas de mobilidade centradas nas pessoas

Em reunião realizada no dia 6 de julho, no Palácio dos Leões, em São Luís (MA), a Fenae apresentou ao governador do Maranhão, Flávio Dino, as diretrizes do Movimento Solidário. O programa tem por objetivo articular ações de desenvolvimento com foco em educação, saúde e geração de renda em comunidades que apresentam elevado índice de pobreza. Depois de oito anos em Caraúbas do Piauí (PI), as ações passarão a ser realizadas este ano em Belágua, cidade maranhense que está entre os 100 municípios mais pobres do país, com o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,512, ocupando a 94ª posição.

O presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, destacou que o município foi escolhido com base em levantamentos realizados pela área de Responsabilidade Empresarial e Social da Federação, do Grupo PAR e da PAR Corretora de Seguros, que consideraram, além do baixo IDH, critérios como população, acesso à cidade, entre outros. A indicação da cidade foi aprovada em abril deste ano pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN), formado pelos presidentes das 27 Apcefs filiadas à Fenae.

Segundo Jair Ferreira, está previsto um período de cinco anos de trabalho do Movimento Solidário em Belágua. "O Governo do Maranhão já tem uma política para atingir os 30 municípios com menor IDH, e Belágua está entre eles. Essa receptividade do governador em colocar os secretários para dialogar com a gente foi surpreendente e com certeza teremos boas ações em conjunto e vamos estar aqui outras vezes conversando sobre ações mais concretas", enfatizou o presidente da Fenae.

O Movimento Solidário tem como objetivo apresentar soluções para que uma cidade social e economicamente excluída tenha condições de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir do apoio da Fenae, dos governos estadual e municipal, da comunidade local e dos empregados da Caixa. "Foi decisivo para a transformação em Caraúbas do Piauí o apoio especialmente dos empregados da Caixa", enfatizou Natascha Brayner, diretora de Comunicação e Imprensa da Federação.

De acordo com o governador Flávio Dino, as diretrizes apresentadas pela Fenae para a idealização do Movimento Solidário em Belágua vão ao encontro dos objetivos do programa do governo estadual "Mais IDH", o que possibilitará um avanço significativo nos indicadores sociais da cidade. Ele destacou também que o governo está aberto ao diálogo e a parcerias com todas as autoridades municipais e entidades sociais e privadas que queiram se unir ao projeto de desenvolver o Maranhão.

O prefeito de Belágua, Adalberto Rodrigues, também participou da reunião e comemorou a chegada do Movimento Solidário no município. "Belágua precisa da mão amiga do governo do estado, que nós já temos, e da Fenae, que já começou a nos ajudar para, em breve, podermos ter uma cidade que diga que teve um momento de situação difícil, mas que hoje se encontra na fase de desenvolvimento, com um povo mais alegre, mais esperançoso. É isso que a gente deseja", ressaltou o prefeito.

Participaram também da reunião a analista de Responsabilidade Social e Empresarial da Fenae, Denise Viana; a presidenta da Apcef/MA, Giselle Menezes; os secretários de Estado de Assuntos Políticos e Federativos (SEAP), Márcio Jerry, e de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Francisco Gonçalves; o secretário adjunto de Monitoramento e Suporte da SEAP, Valdemilson Almeida, entre outros.

A Fenae já iniciou a primeira etapa do trabalho em Belágua: o mapeamento dos problemas e das potencialidades do município, a partir de conversas com gestores locais e com moradores das comunidades. "A inclusão na cidadania é um processo social que significa vencer as excessivas diferenças econômicas e sociais, investindo particularmente na população mais carente", frisou Natascha Brayner. Depois, começa a fase de planejamento das ações.

Acesse www.fenae.org.br e conheça o jeito Fenae de mudar o mundo!

FENAE

MARI BULHÕES E MANINHO: ALMAS BOAS DOS SERTÕES

Fotos: Facebook

Jaime Sautchuk

Há gente que se confunde com o ambiente em que vive, mais do que os demais viventes. Essa simbiose, entretanto, tem sua qualidade regulada pelo valor das partes envolvidas, ou seja, em terra ruim não nascem só pragas, mas em solo bom elas proliferam também. O caso de que vamos tratar é de gente boa em belo recanto, embora sofrido e maltratado.

A história de Mariana Machado de Bulhões, a Mari, e Carlos Eduardo Chaves de Góes, o Maninho, é um pouco da saga dos sertões de Goiás, onde reinou a perversidade, mas permeada de bondades. Há duas décadas, eles optaram por morar em Olhos d'Água, pequena localidade do interior goiano que simboliza esse passado, mas soube dar a volta por cima e hoje tem título de patrimônio cultural.

No caso de Mari, seu vínculo começa pelo sobrenome. Ela é de família tradicional, mas da banda liberal, contrária aos coronéis reacionários da antiga Vila Boa (Goiás Velho), capital do estado até os anos 1930. É bisneta de Leopoldo de Bulhões, financista de renome nacional, que promoveu a construção da primeira ferrovia no Centro-Oeste e hoje é nome de cidade. Na família, tinha também poetas e professores, antiescravistas e democratas desde o Império.

Ela é poetisa, agitadora cultural, atriz, dançarina, professora, uma cidadã de muitas lidas, uma cidadã do mundo que escolheu um cantinho desse mesmo mundo para viver em paz, mas sempre em atividade. No caso do marido, também carioca de nascimento, seu vínculo veio da estrada, e virou sertanejo por adoção. Ele, de igual modo, figura de muitas atividades, a começar por teatro, dança, vídeo, cinema e uma requintada mão na culinária, mas que se dedica profissionalmente à produção de bonsais.

Aliás, o bonsai é também uma síntese de um estilo de vida. Essa técnica agrícola nasceu na China, por força do movimento de grupos nômades. Em cada mudança, era preciso levar as árvores que já haviam crescido, o que era um problema. Eles passaram, então, a fazer podas sistemáticas, de modo a manter as plantas em pequeno porte, mas gerando frutos do tamanho normal.

Na filosofia, o bonsai resume o grande na miniatura, o que serve à vida humana, pois representa o ato de ser ou viver no pequeno pra exprimir o universal. É o inverso do latifúndio, hoje chamado de agronegócio, um reflexo da grandeza da ganância que expulsa o pequeno e que abocanha grande parte do Cerrado do Planalto Central, pra exportar grãos.

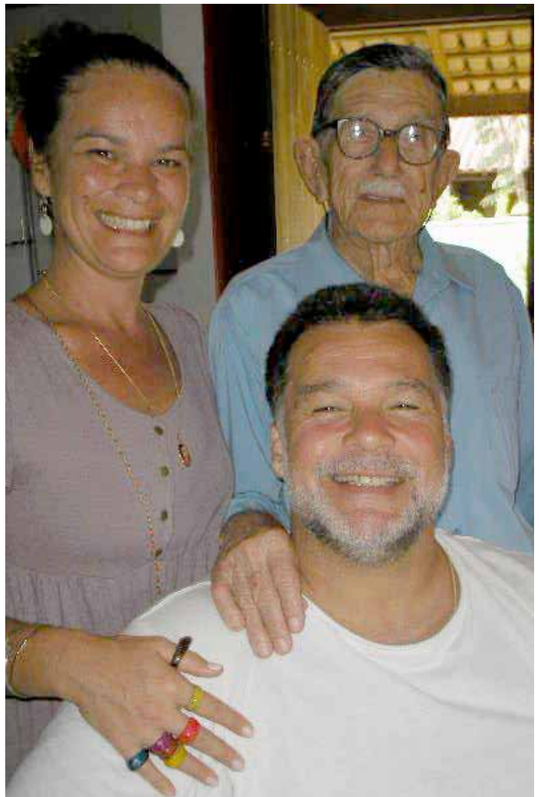
Ambos se casaram muito jovens e logo se desgrudaram de seus pares, o que Mari considera um mimo das estrelas, pois possibilitou sua junção com Maninho. Uma amiga comum propiciou um encontro. No dia marcado, ele apareceu com uma sacola de verduras orgânicas de presente pra ela, e foi a conta. Amor à primeira vista.

As trajetórias de ambos já tinham muitos pontos em comum, é bem verdade. Ela começou a dançar ainda em casa, quase nas fraldas. O pai, médico, gostava de ouvir música, de clássicos ao samba-de-roda, e batia palmas ao ver a filha saracotear. Aos sete anos, como bolsista, foi aprender balé na academia Dallal Achar, de onde saltou pra Cia de Atores e Bailarinos do Rio de Janeiro e cursou Dança Contemporânea na faculdade Angel Viana.

Aos 21 anos, passou em concurso na Rede Sarah Kubitschek e se mudou pra Brasília, desenvolvendo programa de danças e terapias corporais com pacientes do hospital. Mas, desde os 13 anos, ela já escrevia poemas, inspirada no português Fernando Pessoa, que seu pai adorava, e nas letras de sambas. Depois, passou a integrar as oficinas do poeta Chacal, no Posto 9 da orla carioca. E nunca parou.

Maninho trilhou caminhos parecidos, também incentivado pelo pai, professor de História em vários colégios da Capital Federal. Ainda no prezinho, integrou atividades artísticas até fazer parte de um Auto de Natal, que a educadora Laís Aderne desenvolvia em escolas. E seguiu os passos da mestra quando ela deixou o cargo de professora da Universidade de Brasília (UnB), por razões políticas, e foi prestar serviços comunitários em Olhos d'Água.

Ali, Laís e seu marido, o também professor da UnB Armando Faria Neves, criaram a Feira de Trocas, em 1974, atividade que se tornou o grande atrativo turístico do local. A feira nasceu como forma de se criar um mercado aos utensílios artesanais da comunidade, por meio de permuta por roupas e outros bens da cidade, mas fazia parte de um projeto que tinha também agricultura sem agrotóxicos e atividades artísticas.



Desde quase menino, Maninho integrou a escola de teatro do ator e diretor Hugo Rodas e a dança da também renomada Norma Lília, mas se mudou pra São Paulo, em busca de novos ares. Lá, após namoro com o Stagium, um problema no joelho o tirou do balé pra sempre. De volta ao DF, conheceu Mariana, juntaram os trapos e resolveram mudar de vida por completo.

Ela largou emprego e, juntos, compraram uma perua Kombi, onde praticamente moravam, mas já com Olhos d'Água como ponto de parada. Passaram a produzir mosaicos em forma de mandalas e a desenvolver o cultivo de bonsais, que eram vendidos na entrada do Parque da Cidade, em Brasília. Logo tiveram seus filhos, Isadora e Caetano, dois goianos da cepa, que levam todos de volta às origens da mãe e ao apego do pai.

Os filhos os induziram a uma vida mais comedida, e assim os dois passaram a desenvolver suas atividades centrados em Olhos d'Água e participando mais intensamente da vida comunitária. A casa onde moram é modesta, mas ampla e confortável, um misto de lar sertanejo e salão de artes.

Tantos anos depois, filhos já na adolescência, tudo o que ocorre por ali, naquela vila, tem a contribuição do casal, que é igualmente abraçado por todos, como duas almas boas daquele lugar e de sua gente.

Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

Daqui e de todo o lugar

Mariana Bulhões

Sou daqui e de todo o lugar.
Vim do mar pro interior,
no intuito de neste chão me firmar.

No planalto central,
mais perto das estrelas
num pequeno povoado,
Quinze anos se passaram.
Ainda sou vista como estrangeira.
Pensa!?
Coisa de cidadezinha, tabus,
rótulos globalizados.
Somos da Terra mãe, irmãos de água e ar.
Com ou sem jeito, por dentro ou lá fora, somos brasileiros.

Moro num lugar diferente do moderno.
tem mais eleitor que cidadão
tem mais criança que avós
mais crendices que estudos
Tem mais arroz do que feijão.

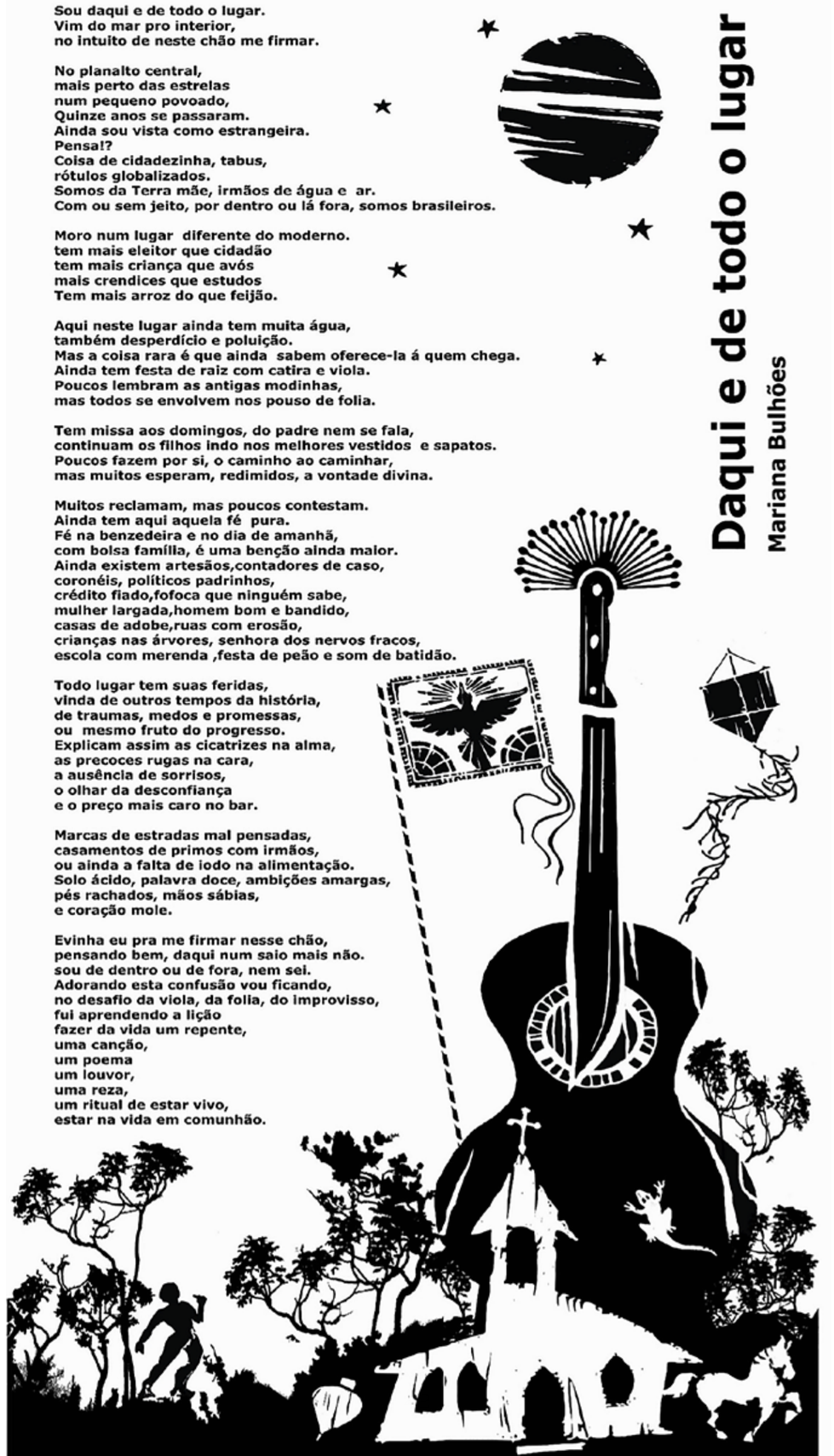
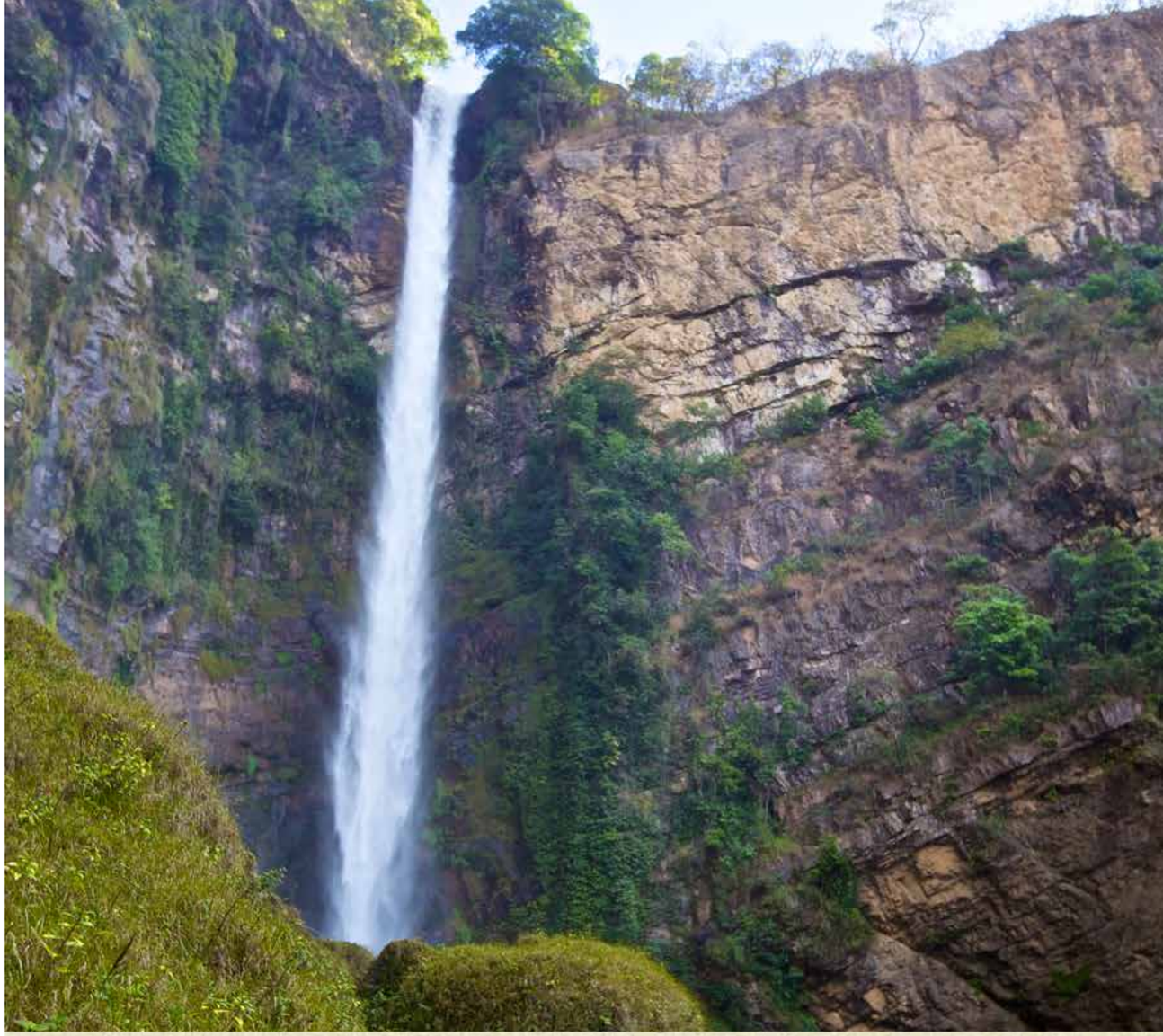
Aqui neste lugar ainda tem muita água,
também desperdício e poluição.
Mas a coisa rara é que ainda sabem oferece-la á quem chega.
Ainda tem festa de raiz com catira e viola.
Poucos lembram as antigas modinhas,
mas todos se envolvem nos pouso de folia.

Tem missa aos domingos, do padre nem se fala,
continuam os filhos indo nos melhores vestidos e sapatos.
Poucos fazem por si, o caminho ao caminhar,
mas muitos esperam, redimidos, a vontade divina.

Muitos reclamam, mas poucos contestam.
Ainda tem aqui aquela fé pura.
Fé na benzedeira e no dia de amanhã,
com bolsa família, é uma benção ainda maior.
Ainda existem artesãos,contadores de caso,
coronéis, políticos padrinhos,
crédito fiado,fofoca que ninguém sabe,
mulher largada,homem bom e bandido,
casas de adobe,ruas com erosão,
crianças nas árvores, senhora dos nervos fracos,
escola com merenda ,festa de peão e som de batidão.

Todo lugar tem suas feridas,
vinda de outros tempos da história,
de traumas, medos e promessas,
ou mesmo fruto do progresso.
Explicam assim as cicatrizes na alma,
as precoces rugas na cara,
a ausência de sorrisos,
o olhar da desconfiança
e o preço mais caro no bar.

Marcas de estradas mal pensadas,
casamentos de primos com irmãos,
ou ainda a falta de iodo na alimentação.
Solo ácido, palavra doce, ambições amargas,
pés rachados, mãos sábias,
e coração mole.

Evinha eu pra me firmar nesse chão,
pensando bem, daqui num saio mais não.
sou de dentro ou de fora, nem sei.
Adorando esta confusão vou ficando,
no desafio da viola, da folia, do improvisso,
fui aprendendo a lição
fazer da vida um repente,
uma canção,
um poema
um louvor,
uma reza,
um ritual de estar vivo,
estar na vida em comunhão.



Formosa
Câmara Municipal

CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS EM 2015

JANEIRO	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
MARÇO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
ABRIL	07 (terça-feira)	08 (quarta-feira)	14 (terça-feira)	15 (quarta-feira)	16 (quinta-feira)
MAIO	05 (terça-feira)	06 (quarta-feira)	12 (terça-feira)	13 (quarta-feira)	14 (quinta-feira)
JUNHO	01 (segunda-feira)	02 (terça-feira)	09 (terça-feira)	10 (quarta-feira)	11 (quinta-feira)
JULHO	-	-	-	-	-
AGOSTO	04 (terça-feira)	05 (quarta-feira)	11 (terça-feira)	12 (quarta-feira)	13 (quinta-feira)
SETEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)
OUTUBRO	06 (terça-feira)	07 (quarta-feira)	13 (terça-feira)	14 (quarta-feira)	15 (quinta-feira)
NOVEMBRO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
DEZEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)

CONTRATAM-SE DOUTORES E MESTRES

Altair Sales Barbosa

Obs.: esta crônica foi escrita quando a então Universidade Católica de Goiás celebrava seus 46 anos de fundação. Foi atualizada para os dias atuais porque a realidade só veio comprovar o que já se previa.

JORNAL

CLASSIFICADOS

Empresa de porte médio está contratando doutores, mestres, especialistas e até graduados, nas diversas áreas do conhecimento, para trabalho na capital e no interior.

Não se exige como pré-requisito o conhecimento específico da área, mas é obrigatório, no ato da inscrição, apresentar a titulação legalizada pelos órgãos competentes.

Os profissionais serão selecionados por uma banca examinadora composta por doutores. A banca levará muito em conta o conhecimento generalista do candidato e o compromisso de que em nenhum momento irá questionar as ordens e procedimentos da Empresa ou desobedecer às regras estabelecidas.

Os serviços a serem contratados serão oferecidos e desenvolvidos na forma de aulas, para Faculdades, Universidades e até Escolas Fundamentais.

Os interessados deverão enviar seus curricula para a Empresa Crâneo de Pardal, Rua da Incompetência s/n, Bairro Nós e Eles, CEP:000 000 – 000.

O anúncio, embora à época parecesse ficção, tratava-se do prenúncio de alguns caminhos pelos quais estavam entrando, ou pensando entrar, algumas instituições de ensino do Brasil, especialmente as de ensino Superior.

Das Faculdades menores, nem vou falar, pois o objetivo é o aulismo vazio, abstrato. Das Universidades que, paulatinamente, estão abandonando e burocratizando a tarefa digna da pesquisa, eliminando seus bacharelados e recheando suas licenciaturas com conhecimentos pedagógicos generalistas, a terceirização do ensino trata de uma saída miraculosa para seus dirigentes que não têm compromisso com o futuro do país.

Acabam os problemas com as ausências, pois a empresa terceirizada teria que colocar imediatamente o substituto. Economizam na compra de equipamentos laboratoriais, já que as aulas práticas e as pesquisas não existiriam mais. Restaria um ou outro laboratório sucateado. Acabariam os problemas de negociação salarial com as Associações Representativas de Classe. E, dessa forma, se estaria cumprindo a vontade dos pró-reitores acadêmicos, concuminados com a política atual do MEC, cujo objetivo é disseminar salas de aulas, com alunos e professores de qualidade duvidosa, por todos os cantos. A quantidade é fundamental.

O professor na sala de aula seria o difusor de conhecimentos generalistas, recheados de informações colhidas nos meios de comunicação e na mídia virtual. Os alunos, como figuras mutiladas e degradadas, quando formados, seriam jogados numa arena para uma competição global, semelhantes a bêbados brigando num "pula-pula".

Esse modelo seria o paraíso para aqueles que querem aniquilar a alma da Universidade, que é a pesquisa científica, a produção de conhecimentos. Esses tipos de dirigentes nunca entenderam os diversos meandros da pesquisa, tanto de campo como de laboratório, nem sequer suas consequências, para a busca de respostas concretas que a sociedade exige.

Pesquisadores e intelectuais não se formam por decretos, se formam pela competência e experiência, pensam e fazem cultura, se tornam pessoas críticas e até "chatas" para quem não suporta a crítica. Esse modelo de terceirização permite aos poucos que esses pensadores e fazedores de cultura e também críticos sejam substituídos pelos emergentes terceirizados.

O anúncio, que soaria como ficção há pouco tempo, já é realidade em algumas áreas do Brasil. Devemos ter a lucidez necessária e a perspectiva de um futuro melhor, para evitar que esse mal venha afetar a atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

É necessário para isso conhecermos alguns lampejos dessa história.

Corria o ano de 1959, ainda não existia a Praça Universitária, as gramíneas nativas misturadas aos pés de douradinha, japecanga, arbustos e bromélias desciam docemente a declividade daquela pequena colina até encostarem nas veredas que margeavam as então límpidas águas do Botafogo.

Nessa época, ainda era possível ver vestígios dos pousos dos tropeiros, que muitas vezes ali se arranchavam, enquanto o gado descansava, pastando as gramíneas e bebendo as águas do rio.

Foi nesse ambiente que surgiu a primeira Universidade do Centro-Oeste Brasileiro, a hoje conhecida Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Os acanhados prédios ali construídos abrigaram seus cursos, alguns desses já funcionando noutros locais.

De lá para cá, se passaram 55 anos, pouco tempo na escala biológica, apenas duas gerações, mas as modificações foram muitas. Se penetrarmos além das aparências, constataremos que nesse curto espaço de tempo aconteceram profundas transformações, revolucionando o meio ambiente, a sociedade, os valores culturais, éticos e ideológicos. A cidade cresceu e nesse crescimento foi paulatinamente engolindo os espaços. Em meio a esse crescimento, infelizmente a Universidade não soube preservar os seus princípios. Isso aconteceu, porque nem procurou se inserir no contexto modelador da seleção natural local, nem nas vocações regionais, tampouco na interiorização. A internacionalização virou padrão de modernidade.

Os ares dos novos tempos que modificaram a realidade trouxeram algumas consequências danosas. Uma delas foi a multiplicação inescrupulosa de entidades de ensino superior, orientadas pelo economicismo e pela política do quantitativo, e não fundamentada nas exigências e realidades das vocações regionais.

Esses novos ares, aos poucos, foram também afetando o dia a dia administrativo da hoje PUC Goiás que, se não ficar atenta e buscar novos caminhos, corre o risco de mergulhar na onda do economicismo inescrupuloso, desumano e anticristão e ainda o mais grave: abandonar a sua vocação regional.

Passou o mês de outubro de 2014, e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás completou 55 anos. Outubro trouxe as primeiras chuvas, e os respingos das águas nas folhas das árvores fizeram lembrar a antiga canção de Serrat: "Hoje, nesta terra, onde os bosques se vestem de espinhos, há muito se ouviu a voz de um poeta gritar. Caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar".

Portanto, se por acaso os ares da terceirização do ensino baterem às portas da Universidade e as encontrarem abertas, deixo um pedido aos colegas que conseguirem sobreviver: "Enterrem meu coração bem longe da Praça Universitária; não quero ver o ideário da querida Universidade Católica de Goiás ser levado pelas águas hoje poluídas do Botafogo".

Altair Sales Barbosa
Pesquisador. Doutor.
Professor titular da Universidade Católica de Goiás

REGRESSO À CASA COMUM

Leonardo Boff

Hoje nos encontramos numa fase nova na humanidade. Todos estamos regressando à Casa Comum, à Terra: os povos, as sociedades, as culturas e as religiões. Todos trocamos experiências e valores. Todos nos enriquecemos e nos completamos mutuamente. (...)

(...) Vamos rir, chorar e aprender. Aprender especialmente como casar Céu e Terra, vale dizer, como combinar o cotidiano com o surpreendente, a imanência opaca dos dias com a transcendência radiosa do espírito, a vida na plena liberdade com a morte simbolizada como um unir-se com os ancestrais, a felicidade discreta nesse mundo com a grande promessa na eternidade. E, ao final, teremos descoberto mil razões para viver mais e melhor, todos juntos, como uma grande família, na mesma Aldeia Comum, generosa e bela, o planeta Terra."

Casamento entre o céu e a terra.
Salamandra, Rio de Janeiro, 2001, p.09

Leonardo Boff
Teólogo. Filósofo. Escritor

REGULAMENTAÇÃO

Sindicato dos Bancários considera inadequada a atual estrutura do sistema financeiro

O Sindicato dos Bancários de Brasília critica a atual estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN), por considerá-la inadequada para a realidade brasileira e defende um sistema voltado para o desenvolvimento econômico e social do país, democrático e sob o controle da sociedade.

Na opinião dos bancários, o Brasil tem um sistema financeiro altamente concentrado, um verdadeiro cartel dos bancos, em que apenas as cinco maiores instituições detêm 82% dos ativos, 80% do crédito e 70% do patrimônio do setor, e ainda cobram os juros e as tarifas mais altas do mundo, sem oferecer nenhuma contrapartida social.

"É preciso colocar travas e aumentar a fiscalização sobre o sistema financeiro, para diminuir os riscos que isso representa para a sociedade", ressalta o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**.

Outro aspecto relevante do SFN, bastante questionado, refere-se à baixa inclusão bancária da população. Segundo dados da Federação Latino-Americana de Bancos (Felaban), 57% da população adulta brasileira não possui acesso aos serviços bancários.

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

SUSHI
BRASIL

OI 11, Lago Sul - 3364 3939 **sushibrasil.net**